UniAGES
Centro Universitário
Licenciatura em Geografia

JOSÉ DIEGO CONCEIÇÃO

MONOCULTURA DO MILHO EM PARIPIRANGA (BA) NOS ANOS 2018/2019 E SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAL

Paripiranga
2021

JOSÉ DIEGO CONCEIÇÃO

MONOCULTURA DO MILHO EM PARIPIRANGA (BA) NOS ANOS 2018/2019 E SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAL

Monografia apresentada no curso de graduação do Centro Universitário AGES, como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Profª. Ma. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa

Paripiranga
2021

Conceição, José Diego, 1993.
Monocultura do milho em Paripiranga (BA) nos anos 2018/2019 e seus reflexos socioespacial/ José Diego Conceição. – Paripiranga, 2021.
60 f.: il.

Orientadora: Prof.ª Ma. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UniAGES, Paripiranga, 2021.

1. Monocultura. 2. Reflexos Socioeconômico. 3. Desenvolvimento I. Título. II. UniAGES.

JOSÉ DIEGO CONCEIÇÃO

MONOCULTURA DO MILHO EM PARIPIRANGA (BA) NOS ANOS 2018/2019 E SEUS REFLEXOS SOCIOESPACIAL

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia, à Comissão Julgadora designada pelo colegiado do curso de graduação do Centro Universitário UniAGES.

Paripiranga, 13 de Julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa
UniAGES

Prof. Msc. Douglas Viera Gois
UniAGES

À minha querida mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, por sempre ter me apoiado nessa caminhada, ao me dar força e me encorajar nos momentos difíceis, pois em todo trajeto percorrido sempre surgiu adversidades.

Em especial, à minha mãe Maria da Glória, meu orgulho e exemplo de pessoa, mulher forte que não se abala fácil. Tenho muito a agradecer por todo incentivo e por estar comigo nos momentos alegres e tristes.

Dedico essa conquista aos colegas de graduação: Tamires Lima, Thamires Pinho, Elizandra, Henrique Seabra, Jéssica, Wesley, Genésio, Viviane, Wilson e Brenda, que sempre estiveram juntos nessa jornada.

Agradeço a minha orientadora professora Josefa Risomar Oliveira Santa Rosa, pois me guiou sanando minhas dificuldades e dúvidas. Vou leva-la sempre em meu coração, como exemplo de profissional e extrema humildade.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores de graduação Douglas Gois e Felippe Pessoa de Melo, pois sempre estiveram me ajudando e incentivando durante todo processo.

Aos meus amigos Igor, Fabrício, Geane, Bruno, Fernando, enfim, todos aqueles que torceram por mim e estavam sempre comigo nessa longa jornada de formação, eles mostraram o verdadeiro sentido da palavra amigo.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os reflexos socioeconômicos desencadeados pela Monocultura do Milho no município de Paripiranga (BA). Nessa direção, buscamos entender determinados fatores contributivos que tornou essa cultura agrícola a maior do município. Propõe-se, também, o aprofundamento analítico nos acontecimentos que impulsionaram o desenvolvimento econômico da população da região, tendo em vista a dinamicidade produtiva anterior às novas tecnologias empregadas na contemporaneidade. Dessa forma, compreender que a produção de milho com tecnologias mecanizadas tem colaborado intensivamente no capital financeiro das famílias é um dos atributos pertinentes para o desvendar de características singulares do território estudado. A chegada de incentivos governamentais e privados no sistema agrário local propiciou ao município de Paripiranga uma nova visão de mercado por parte do Estado da Bahia, pois antes utilizava-se técnicas consideradas atualmente antiquadas. Procurou-se, assim, intercalar um novo sistema produtivo. A economia e a produção com números elevados são os fatores positivos, já o uso desordenado dos chamados defensivos agrícolas é um dos fatores negativos, essa problemática corriqueira adentrou ao espaço geográfico paripiranguense à medida que a mecanização do campo foi se expandindo no território nacional. Para tanto, o estudo teve como embasamento os critérios científicos de pesquisa e abordagens de estruturação proposta por Libault, com análises *in loco,* centradas nos possíveis resultados e generalizações finais, bem como revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Monocultura; Reflexos Socioeconômico; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the socioeconomic consequences triggered by the Corn Monoculture in Paripiranga (BA). In this direction, we seek to understand certain contributory factors that made this agricultural crop the largest in the municipality. It is also proposed an analytical deepening of the events that boosted the economic development of the region's population, considering the productive dynamics prior to the new technologies used in contemporaneity. Thus, understanding that maize production with mechanized technologies has intensively contributed to the families' financial capital is one of the relevant attributes to unveil the unique characteristics of the studied territory. The arrival of governmental and private incentives in the local agrarian system gave to the municipality of Paripiranga a new view of the market by part of the State of Bahia, as previously it used techniques that are currently considered outdated. Thus, an attempt was made to merge a new production system. The economy and production with high numbers are the positive factors, as the disordered use of the so-called agricultural defensives is one of the negative factors, this common problem entered the Paripiranguense geographic space as the mechanization of the countryside expanded in the national territory. Therefore, the study was based on the scientific research criteria and structuring approaches proposed by Libault, with *in loco* analysis, focused on possible results and final generalizations, as well as a bibliographic review.

KEYWORDS: Monoculture; Socioeconomic Reflections; Development.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

1: Localização da Área de Estudo 31
2: Classificação do Solo de Paripiranga (BA) 35
3: Uma das Praças de Paripiranga (BA) 38
4: Lavoura de Milho no Povoado Cavaco em Paripiranga (BA) 42
5: Festa do Milho em Paripiranga (BA) 43
6: Solo preparado para o plantio no Povoado Cavaco em Paripiranga (BA) 45

LISTA DE GRÁFICOS

1: Temperaturas máximas e mínimas médias de Paripiranga (BA), 2019 33
2: Precipitação acumulada do ano 2019 em Paripiranga (BA) 34
3: Sequência anual de Produção de Milho em Paripiranga (BA) 46

LISTA DE QUADROS

1: Comparação dos Termos Legais de Controle de Agrotóxicos do Brasil e da UE 22
2: Censo Agropecuário de Paripiranga (BA) 48
3: Maquinários Utilizados na Agricultura de Paripiranga (BA) 49

LISTA DE TABELAS

1: Produção de Milho em Paripiranga(BA) 47

LISTA DE SIGLAS

AGITEC	Agência Embrapa de Informação Tecnológica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
MIN	Ministério Integração Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UE	União Europeia
ZCIT	Zona de Convergência Intertropica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14

2.1 Monocultura do Milho 15

2.1.1 Ordenamento Territorial 19

2.1.2 Mecanização do Campo 23

2.1.3 Agrotóxicos e Aplicabilidade 21

3 MARCO METODOLÓGICO 27

3.1 Características da Pesquisa 27

3.2 Características Fisiográficas 30

3.2.1 Localização 30

3.2.2 Clima 33

3.2.3 Solo 36

3.2.4 Relevo 37

4 MARCO ANALÍTICO 39

4.1 Aspectos Geo-históricos 39

4.1.1 Monocultura do Milho em Paripiranga (BA) 43

4.1.2 Produtividade do Milho 46

4.1.3 Tratos Culturais 49

4.1.4 Comercialização 51

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 52

REFERÊNCIAS 55

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agricultura mundial e principalmente da brasileira, contribuiu para crescimento socioeconômico de várias regiões do planeta. Nesse contexto, existe diversos aspectos colaboradores no processo de transformação do espaço geográfico, haja vista que o ser humano, historicamente, sempre foi o principal causador de determinantes antropogênicos positivos e negativos. A forma acentuada na ação de desenvolvimento assegurou ao Brasil particularidades necessárias durante o passar dos anos. A monocultura do milho é um dos fatores contributivos que proporcionou uma integração dinâmica e construtiva no aumento satisfatório da produção de milho.

Essa expansão da agricultura remonta premissas históricas e introduz no cenário global a visão de dinamicidade das técnicas de produção, ou seja, permite compreender a cronologia de épocas distintas e o conjunto de meios que eram utilizados. Santos (2006), destaca que a produção e construção advém do conjunto de meios instrumentalizados e sociais, pois com a globalização se intensifica e acelera as relações socioespaciais. Logo, essa intensificação serviu para adentrar no Brasil técnicas de cultivo agrícola utilizadas por países desenvolvidos economicamente.

Partindo dessa vertente, se observará no decorrer desta pesquisa, que os reflexos socioeconômicos de outros países começaram a influir nas nações em desenvolvimento como o Brasil. De acordo com Santos (2008), a história humana não destaca o aparecimento de técnicas isoladas, ou seja, o que se instala normalmente são grupos dessas mesmas técnicas. Essa situação pode ser observada com o leque de possibilidades geradas a partir da introdução da agricultura mecanizada no município de Paripiranga, que não se restringiu a tratores, mas engloba um conjunto de ferramentas que melhora o sistema agrícola da região.

Essas mudanças no espaço geográfico da região foram sendo percebidas através dos elevados números da produção nos anos 2018/2019. Contudo, existe o lado negativo, pois matas nativas foram sendo derrubadas para ceder lugar a agricultura, além disso, esse não é o único problema encontrado com a chegada das novas técnicas de plantio. Para Vitor (2016, p. 68), “a terra se tornou propriedade de poucos à custa de processos de apropriação das riquezas, que marca a história brasileira desde que os colonizadores europeus aqui chegaram expulsando os

povos que nela viviam”. Por isso, vale salientar que o processo mecanizado não foi introduzido por todos os produtores locais de Paripiranga, haja vista, que várias famílias não têm condições e algumas delas não atendem aos requisitos para empréstimos e investimentos.

Dessa forma, o crescimento econômico da região, parte daqueles que tem maiores latifúndios e sobretudo os que tem maior poder financeiro, isso acontece não somente nesse território específico, pois a história mostra que a divisão latifundiária brasileira foi feita de maneira desigual. Oliveira (2013), destaca que a derrubada e a queima da vegetação tiveram seu principal agravante por causa do aumento da exploração agrícola. Em virtude desses aspectos, existe legislações que precisam ser seguidas, porém a falta de profissionais qualificados na fiscalização, aumenta o descaso na preservação do meio ambiente.

Tal contexto serve para identificarmos a necessidade de um ordenamento territorial bem elaborado e organizado, que proporcione aos agricultores um desenvolvimento agrícola sustentável e não degradante ambientalmente. Em outras palavras, uma produção que não desmate e analise continuamente o uso dos chamados defensivos agrícolas, ou melhor, os agrotóxicos. Para Santos (1997), a produção está intimamente ligada com a área, e não menos com o lugar, pois a produção, circulação e consumo, são partes inseparáveis do sistema produtivo. A ligação entre a área e o lugar, contribui no entendimento dos principais produtores do município.

Dessa forma, a análise da monocultura do milho em Paripiranga (BA) tem como ponto central esclarecer o poder socioeconômico e os reflexos socioespacial do milho na vida da população do município, com isso a pesquisa estabeleceu parâmetros organizacionais, por causa da pandemia de Covid19, já que pesquisar *in loco* em um momento singular como o atual, demandou uma nova problemática para este trabalho. Em suma, as características de hegemonia da cultura do milho na região estão ligadas ao sistema agrícola nacional, pois o conhecimento e a técnica.

Portanto, Santos (1988), salienta que o espaço é determinado através do movimento social, e sim, é por isso que chamamos de geográfico. Esse movimento contribuiu e muito para economia de Paripiranga, pois o centro administrativo urbano cresceu a partir dos prelúdios agrícolas regionais. Uma vez que, diversos são os fatores que impulsionam o melhoramento nas condições sociais, mas o conhecimento sobre elas se torna fundamental para condução desses fatores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Há muitas décadas, arqueólogos buscam vestígios deixados pelos humanos primitivos na tentativa de descobrir como a agricultura se originou, como se desenvolveu e se espalhou pelo mundo. Os registros históricos vigoraram por anos. Há informações que o cultivo agrícola havia começado há cerca de 12 mil anos por um único grupo de pessoas, que habitavam em uma região apelidada de Crescente Fértil, que era uma área banhada pelos rios no Oriente Médio, mas com o avanço dos estudos e da tecnologia, hoje novos dados relatam que a agricultura não iniciou apenas nessa região**.** Burger (2016)[1], acrescenta novos dados ao defender a ideia de que não foi apenas um grupo de pessoas que originou a agricultura e, sim, que vários grupos, sem ligação um com o outro, cultivavam a terra mais ou menos na mesma época. Para o referido pesquisador, este fato foi um desencadeador da agricultura para as civilizações modernas.

Assim, as particularidades e o desenvolvimento social agrário a partir das complexas condições de sobrevivência, se torna um dos principais fundamentos para a compreensão do dinamismo tecnológico intercalado ao sistema produtivo. Haja vista, que o respaldo nas mudanças de pensamento a respeito da produção de alimentos, teve destaque geopolítico depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, somente na década de 1960 foram aprofundados os processos envolvendo as mudanças agrárias e o desenvolvimento agrícola.

Essas premissas corroboram na compreensão do desenvolvimento da monocultura no Brasil, como uma prática iniciada no período colonial, pois já naquele tempo, os interesses econômicos eram centralizados em torno da exportação, ou seja, no período colonial a base socioeconômica era latifundiária, monocultura, mão de obra escrava e comercialização externa. Assim, a prática da monocultura continuou sendo uma estratégia que perdura até os dias atuais, o que altera é o produto a ser cultivado, pois este está diretamente atrelado a demanda econômica de cada época e, consequentemente, do espaço geográfico.

Nessa direção, nasce esses estudos que têm como finalidade básica, potencializar o conhecimento acerca do desenvolvimento socioespacial de

---

[1] **Para saber mais, leia a entrevista completa concedida por Joachim Burge, paleogeneticista alemão da Universidade de Mainz, para revista Época em 2016.**

Paripiranga, através do seu principal aspecto econômico. Esse primeiro capítulo busca destacar os aspectos teóricos fundamentais para o entendimento do tema proposto, partindo de uma visão temporal macro até suas ramificações no desenvolvimento da monocultura brasileira.

2.1 Monocultura do Milho

O mundo contemporâneo está impregnado de resquícios históricos que formatam nossas concepções sobre a realidade, comportamentos e o modelo mental singularizado de como o mundo funciona. Segundo Michaels (2011), a ideia de que indivíduos, empresas e Estados prosperam quando participam fielmente de um sistema monocultor econômico linear de produção. Eles são fatores contributivos que só funcionam com suporte de vários profissionais e investimentos setorial, dessa forma, vai se ganhado consciência que o ser humano está alterando constantemente, os aspectos socioespaciais para futuras gerações.

A monocultura adentra o cenário mundial no período colonial pelas potências europeias com as chamadas “plantations”, técnica aperfeiçoada nos países que foram colonizados. No Brasil, essa prática de plantio tem início no século XVI com a monocultura da cana-de-açúcar, cacau e o café, sendo que o açúcar era produzido em larga escala para exportação, ou seja, a Europa consumia toda produção brasileira. Além disso, a mão de obra era totalmente familiar, existindo a hereditariedade de propriedades de terras e diversos graus de integração com o mercado (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Para tanto, são inúmeras as características históricas e geográficas que corroboraram para assimilação de diferentes grupos de pequenos agricultores e que desencadeou o desenvolvimento da agricultura brasileira e contribuiu para o crescimento econômico. Porém, a ação não intercalou todo o espaço geográfico do país, estruturações políticas e sociais também colaboraram no processo de descentralização de regiões que cresciam em ritmo acelerado, pois o ser humano, historicamente falando, sempre causou mudanças socioespaciais e impactos antropogênicos determinantes no desenvolvimento global.

> É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade

> nacional. [...] esses ‘novos personagens’, ou pelo menos uma parte significativa dessa categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (WANDERLEY, 2001, p. 36).

Por conseguinte, a racionalidade nas escolhas e na profissionalização, tende a impulsionar os sistemas de monocultivo como o do milho, destacar-se através dos investimentos na área de pesquisa agrícola e principalmente na genética, química e mecânica. São contornos racionais no desenvolvimento de tecnologias que datam da década de 1970 e ficou conhecido como “Revolução Verde” que será aprofundado no decorrer do trabalho. O foco na produção, agilidade e velocidade no escoamento padronizam o novo modelo de produção monocultor em grandes extensões de terras. Segundo Domingues (2010), a aplicação de insumos agrícolas no solo em grandes proporções é exigência do sistema de monocultura para manter a fertilidade do mesmo.

Desse modo, o cultivo sequencial das mesmas espécies, pode ocasionar com o passar do tempo decréscimo na produtividade, necessitando assim de insumos agrícolas para reparação do solo, uma vez que o desgaste monocultor vai tornando o mesmo improdutivo. Em conformidade com Silveira e Stone (2003), a única maneira de solucionar e até mesmo mitigar esse problema, seria praticar o modelo de rotação de culturas, ou seja, plantação de espécies distintas em ciclos produtivos diferentes.

Para Matos e Pessoa (2009), as inovações tecnológicas na produção proporcionaram vantagens e desvantagens. Como algo positivo e proporcional observa-se o aumento da produção e produtividade. Por outro lado, um aspecto negativo relevante está nas desigualdades entre os pequenos e grandes latifundiários. A monocultura concentrada na mão de altos investidores alavanca a produção, o mesmo não acontece com os que economicamente são inferiores.

> As inovações tecnológicas fazem com que, cada vez mais, a produção se torne menos dependente da natureza, pois as técnicas passam a subordinar a natureza a gosto do capital, re-produzindo artificialmente várias condições necessárias a produção agrícola (MATOS; PESSOA, 2009, p. 4).

Partindo dessa visão, o padrão de plantio monocultor com suas técnicas inovadoras, carrega um desafio no desenvolvimento da agricultura regional, haja vista, que a lentidão no desenvolvimento em determinadas áreas geográficas

culmina em limitações no sistema produtivo local. Porém, a expansão descontrolada das monoculturas sobre os biomas confirma a liderança do Brasil como primeiro lugar no consumo de agrotóxicos, causando desequilíbrio ecológico, pois existe a necessidade de remoção da cobertura vegetal, afetando diretamente a biodiversidade e rompendo ciclos ambientais.

O milho, por sua vez, é uma cultura com enorme potencialidade produtiva, social e economicamente rentável, ele pertence a família das gramíneas, destacando-se como o único cereal nativamente do novo mundo, originário da Guatemala e do México. Com a premissa do mundo globalizado no que se refere as grandes navegações no século XVI, a cultura do milho começou a ser disseminada em diversas partes do mundo. Segundo Paterniani e Campos (2005), o milho se expandiu com o passar do tempo para praticamente todo continente americano.

> [...] o milho era cultivado pelos índios muito antes do desembarque dos portugueses no sul da Bahia. Sobretudo, as tribos tupis e guaranis tinham no cereal o principal ingrediente de sua dieta, em forma de mingau, assado, cozido, na forma do cauim (bebida fermentada) ou ainda como pipoca. A canjica originalmente era uma pasta de milho puro, que depois recebeu o acréscimo de leite, açúcar e canela pelos portugueses, ganhando adaptações como o mungunzá (nome africano para milho cozido com leite) e o curau, feito com milho mais grosso, a pamonha era um bolo grosso de milho ou arroz, envolvido em folhas de bananeira. Após a chegada dos portugueses e o início do processo colonial, seu consumo aumentou e novos produtos base de milho se incorporaram aos hábitos alimentares dos habitantes de todo o território nacional. Era consumido diferentemente dos países andinos e norte-americanos, o consumo dos nativos era do milho verde (FREEIMAGES, 2015 p. 95).

No entanto, a versatilidade da cultura do milho é destaque para o cultivo abrangente desse cereal, podendo ser matéria-prima para diversos produtos diferenciados, pois o mesmo pode ser cultivado em diferentes tipos de solos. De acordo com Oliveira e Bezerra (2013), a eliminação e amenização de pragas também é resultado de sistemas de plantio convencionais, ou seja, prática de aração e gradagem são fatores contributivos para esse abrandamento.

A utilização adequada e incremento no consumo de fertilizantes são enfatizados como causadores do aumento da produtividade do milho, apesar disso, existe variedades do mesmo que contribuem para maior rentabilidade e produtividade. Segundo Marion (2006), todos os gastos que podem ser identificados diretamente e até mesmo indiretamente são ao mesmo tempo atrelados aos custos

e gastos com o produto e, simultaneamente a cultura de plantio, pois a introdução de equipamentos adequados fortalece a visão dos produtores em relação a lucratividade na produção do milho.

Por isso, é recomendado ao agricultor o aprimoramento das práticas empregadas na produção, para que tenha sucesso na colheita do milho. Um ponto central que precisa ser enfatizado é a elaboração do calendário agrícola, uma vez que o mesmo tem como principal objetivo orientar o agricultor na cronologia de plantio, ou seja, época correta de preparação do solo, adubação, colheita entre outros.

> Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos (SANTOS, 2008, p. 89).

A obrigatoriedade organizacional na produção do milho é ferramenta central em um país de extensão continental como o Brasil. O conhecimento do terreno tende a influenciar na cultura escolhida a ser produzida, no entanto, o desenvolvimento do milho se torna superior ao ser cultivado sobre a palhada de cobertura. Gavioli (2008), salienta que a partir do momento em que o ser humano deu ênfase a agricultura, as plantas começaram a ser domésticas, principalmente no que tange a genética.

Vale mencionar que os milhos possuem 250 raças, sendo tropicais e subtropicais, essas características singulares, fortifica e possibilita o melhoramento genético e variabilidade na produção. Neste sentido, segundo Ploeg (2000), as tentativas de reconstrução de bases econômicas, viriam através do desenvolvimento rural, se estendendo social e ambientalmente, como fatores intrínsecos que estão ligados as culturas de plantio. Nesse sentido é que essa cultura representa oportunidade e possibilidade de sobrevivências de muitas unidades familiares.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009), salienta que o milho não é totalmente limitado a indústria, pois também é utilizado como matéria-prima na produção de óleos, colantes, entre outros. Dessa forma, o Brasil ganha respaldo na plantação de milho em comparação as demais culturas, onde a proporção na mão-de-obra assume um papel preponderante de relevância socioeconômica, uma vez que, o país é o terceiro maior produtor do grão.

2.1.1 Ordenamento Territorial

A necessidade de ordenar melhor o território está integrado na perspectiva de um planejamento, seja ele nacional ou local, nessa vertente o ordenamento territorial agrega diversos conceitos sobre a temática aqui trabalhada. Consideramos importante destacar que a premissa no Brasil está ligada ao contexto de globalização e da competitividade mercadológica, pois as políticas públicas é parte central no desenvolvimento de qualquer município. Costa (2005), salienta que a realização de objetivos estratégicos, como a conferência de demandas e potencialidades, serve de base para construir e articular políticas públicas e setoriais. Nesta direção, Poletto (2008, p. 50) esclarece que:

> O ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos. Mas esse ordenamento não é apenas condição social de reprodução da ordem capitalista. Pode ser também uma ferramenta de planejamento e execução de políticas públicas.

Nessa perspectiva, apesar do município de Paripiranga ser hierarquicamente distante do espaço político-administrativo federal é compreendido como representação e extensão dos poderes federativos, por isso todo município é um espaço geográfico cheio de conteúdo que precisa ser observado. Melo (2016), salienta a necessidade do foco espacial para com o espaço e para com o território, uma vez que a relação com a própria sociedade se torna fundamento de compreensão e discernimento nas diferenças entre as categorias geográficas supracitadas.

Logo, o atual modo de produção do milho em Paripiranga (BA) está impregnado de resquícios contínuos e descontínuos, o primeiro diz respeito a expansão dos limites e o segundo concentrando esses mesmos limites e até mesmo criando outros.

> [...] a direção dos processos de concentração e desconcentração da economia. Mas a materialização desses processos se dá no bojo da articulação entre as estratégias concorrenciais das grandes empresas e a ação do Estado nos três níveis de governo, além, é obvio, dos processos sociais oriundos da sociedade civil (MIN, 2003, p.14).

Dessa forma, o dinamismo nas relações sociais obriga o modo de produção do milho, submeter-se a uma organização planejada e sistêmica. Atualmente, esse sistema é muito modernizado tecnologicamente, com o objetivo de aumentar produção e melhorar as práticas agrícolas.

Porém, o recorte espacial toma o município de Paripiranga, no Estado da Bahia, como centralidade do referido Estado. Ademais, não se pode esquecer que o estudo em escalas menores concretiza a importância no entendimento dos fenômenos e elementos socioespaciais. Castro (2005), salienta que as diferenças sociais e territoriais só poderão ser percebidas através de um novo olhar que identifique as possíveis causas ocultas e falsamente, deixadas de lado na maioria dos debates. As especificidades de cada região serão encontradas através da análise detalhada desse território, uma espécie mapeamento local e social, que se configura importante para economia e para sociedade.

> [...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais influi (SANTOS, 2000, p.96).

Sendo assim, a vontade de corrigir os desequilíbrios de um espaço geográfico, traduz o que chamamos de ordenamento territorial, processo que busca uma análise prospectiva minuciosa e estratégica. No entanto, o Brasil passou por um retrocesso quando relacionado a políticas públicas de apoio ao meio ruralista, o fortalecimento ao meio agrícola só apareceu na metade dos anos noventa. De acordo com Raffestin (1993), a ênfase político-administrativa é um determinante territorial, em que há delimitação de uma ordem jurídica e até mesmo política, caracterizadas por relações de poder entre a população do território.

A alusão feita ao modo como uma sociedade se organiza na produção de um determinado produto, deve ser entendida através da maneira que a mesma se organiza na sua relação com a natureza. Melo (2016), salienta que criar justificativas e induzir teorias a se encaixar a modelos de uso e ocupação do solo, pode vir a ser um determinante de sérios efeitos negativos, principalmente: baixa produtividade agrícola e desperdício de recursos naturais. Dessa maneira, não se permite os processos de desenvolvimento rural serem alavancados.

Portanto, as ações de organização têm como obrigação respeitar as especificidades de cada região, sem privilégios concentrados naqueles

economicamente superiores, mas um espaço agrário reorganizado e com fundamentos de integração social, essas são prerrogativas essenciais que a gestão local precisa assegurar. Schneider (2010), destaca que as políticas de desenvolvimento rural são fortemente influenciadas por pesquisadores, acadêmicos e estudiosos nesses últimos 15 anos.

2.1.2 Mecanização do Campo

A dependência do homem em relação a natureza remete a humanidade a gênese geohistórica, ou seja, a produção vinda do campo sempre condicionou o ser humano a buscar novas formas de aumentar a produtividade. Não obstante, com o invento de máquinas, a potencialização e a sequência de tarefas ficaram evidentes, mesmo considerando seus aspectos positivos e negativos. O desenvolvimento do sistema de produção se dá pela mecanização do campo, que é um fator decisivo na evolução de tecnologias e pesquisas.

Silva (2010), salienta que os altos investimentos no setor agrícola resultaram na transformação de um sistema que até então estava obsoleto, o foco mercadológico e capitalista fica evidente. No entanto, essa modernização na produção se torna fortemente necessário, uma vez que o cenário global padroniza disputas indispensáveis para o fortalecimento econômico de qualquer país.

> [...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente (GRAZIANO NETO, 1985 p. 27).

Nessa perspectiva, o processo de modernização tinha como objetivo passar de uma agricultura arcaica, com técnicas primárias se comparadas a atuais, para uma agricultura mecanizada, incentivada pelo governo através de créditos ou empréstimos. Logo, esses chamados avanços no setor agrário, advém de uma centralidade singular, em que, argumentava-se que a produção de alimentos e *commoditties* era insuficiente à procura pelos grandes centros urbanos.

A reestruturação do sistema agrário de produção dinamiza as técnicas e as tornam excessivamente incontestáveis, pois os fatores de cultivação condicionam os produtores, e até mesmo provocam uma chamada migração e expropriação dos

pequenos latifundiários. O foco, a princípio, eram as grandes propriedades, onde a lucratividade e a escala de produção eram maiores.

> O produto dos avanços científicos que, ao ser utilizada inova continuamente os métodos de produção. De modo geral, a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos, como: efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformações das relações “atrasadas” em relações capitalistas de produção (BEZZI, 1985, p. 95).

Tendo em vista o aumento de maquinários no sistema produtivo, a diversificação de culturas que era abrangente anteriormente pelas famílias, resumiu-se ao plantio de monoculturas em grandes extensões de terras, pois o Brasil ainda visava a exportação e não o mercado interno. SHIVA (2003), afirma que a revolução verde se tratou apenas de uma inserção de monoculturas, centralizando apenas no controle da agricultura, ou seja, desprezando a diversidade de conhecimentos culturais e sem racionalidade quanto a realidade local.

Contudo, vale ressaltar que a modernização contribuiu para o avanço econômico através de diversificações das técnicas empregadas, modificando o espaço geográfico, mesmo que, significativamente também tenha impactado as relações sociais de produção. Conforme Silva (1999), as modificações que ocorreram na incrementação do sistema produtivo, não se concretizou apenas no aumento das tecnologias das lavouras, mas também no depreciar do valor da força trabalhista.

> [...] o desenvolvimento de tecnologias com impacto sobre o meio ambiente, o uso e a exploração de novas fontes de energia, o aumento da complexidade dos sistemas sociais pelo surgimento de classes sociais e pelo desaparecimento de modos alternativos de vida devido à massificação cultural. Tudo isso levou a um dissídio crescente entre a sociedade humana e o meio ambiente (JUNGES, 2010, p. 70).

As tecnologias empregadas pelo sistema agrário também podem impactar o solo negativamente, e um dos fatores prejudiciais é o uso de agrotóxicos e fertilizantes, uma vez que, o Brasil é recordista no uso excessivo desses insumos agrícolas. Dessa forma, é preciso ressaltar que existem dados de intoxicação humana e contaminação ambiental através de agrotóxicos, tais prerrogativas se dá por causa do uso massivo desses produtos químicos, disseminado pelo crescimento do agronegócio, fator esse, que desencadeou grande competitividade e ganhos no

mercado mundial por causa do aumento produtivo e da qualidade dos produtos melhorados. Segundo a Embrapa (2009), a infraestrutura, barreiras comerciais, protecionismo, questões ambientais e diversas outras características se tornaram frequentes e corriqueiras através dos novos investimentos.

Portanto, a monocultura do milho está interligada a diversos aspectos, sendo eles importantes para identificarmos seu desenvolvimento e categorizar os vários fatores formadores da agricultura de Paripiranga. Dessa forma, fica nítido que o sistema agrícola do município mencionado, precisou ser renovado para atender a demanda mercadológica, tendo em vista, que o sistema agrícola mundial impulsionou o agronegócio nos países subdesenvolvidos. Em resumo, o capítulo partiu de fatos historicamente relatados sobre a necessidade de produção de alimentos, perpassando por sua organização territorial, até chegar aos incentivos tecnológicos contemporâneos, ou seja, investimentos e aprimoramento de técnicas agrícolas e agrárias.

2.1.3 Agrotóxicos e Aplicabilidade

O uso de agrotóxicos no milho e em qualquer outra cultura envolve vários aspectos e um complexo processo nas tomadas de decisões, pois as relações públicas são ferramentas importantes para a regulação de interesses singulares e a manipulação descontrolada desses produtos químicos. Fischer (2000), aponta que somente aqueles com conhecimentos técnicos podem participar da elaboração de políticas determinantes e efetivas. No entanto, padrões utilizados em países desenvolvidos ainda são propagados e praticados no território brasileiro.

Logo, o conjunto de novas técnicas e tecnologias interligadas ao processo de modernização da agricultura, está intimamente atrelado aos agrotóxicos, pois o objetivo de aumentar a produtividade em larga escala sempre foi o condicionante para implantação dessas inovações no setor agrícola. A Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, em seu artigo 2º, determina os agrotóxicos como:

> Produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para uso no cultivo, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, para alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação de seres vivos nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 1990).

Dessa forma, a lei supracitada foi elaborada de maneira cautelosa visando os inúmeros aspectos existentes no meio socioespacial, no entanto, quando posto em prática, discerne categoricamente do que é apresentado e determinado na lei sancionada. Tendo em vista o perfil de Paripiranga, os agrotóxicos são utilizados de maneira desordenada, e na maioria das vezes, sem análise de um técnico especializado, pois nem todos os agricultores detém o poder financeiro para contratação de especialista na área.

A utilização de agrotóxicos se tornou fundamental na disputa mercadológica travada pelo mundo globalizado. Esse crescimento demanda determinados cuidados: uso correto, armazenagem e o descarte das embalagens de maneira apropriada. A modernidade pode exigir a amplitude de parâmetros tecnológicos, no entanto, os compostos e efeitos no meio ambiente configura preocupação. Trapé (2011), afirma que os inseticidas organoclorados, os piretróides e os organoclorados, os fungicidas entre outros, estão entre os agrotóxicos que mais causam dessossego.

Dessa forma, o termo falência muitas vezes utilizado no questionamento dos agrotóxicos, não seria apropriado para exemplificar a diminuição das técnicas convencionais e tecnológicas na agricultura, mas, sim, o decrescimento na utilização de modelos considerados ultrapassados, uma vez que, esses mesmos modelos ainda existem na agricultura familiar, sendo que ela detém poucos recursos para utilização desses produtos químicos. Rossi (2015), alerta que o uso indiscriminado de agrotóxicos está associado ao desenvolvimento de doenças.

A aplicação desordenada desses defensivos agrícolas torna o Brasil um dos campeões mundiais na utilização, pois existe agrotóxicos proibidos em outros países que encontra um mercado aberto e consumista aqui no país. Não obstante, ainda existe a venda desses produtos químicos sem receituário e sem auxílio de profissionais especializados. Segundo Valenzuela et al. (2011), os agrotóxicos são utilizados para atuar na prevenção de pragas em plantações, porém, existe relatos que comprovam o risco para o ser humano e, principalmente, para o meio ambiente.

A comercialização de agrotóxicos no Brasil é regida pela Lei 9.802/1989 (BRASIL, 1989) e pelo Decreto 4.074/2002 que determinam que para sua comercialização é necessário registro específico dos agentes produtores dos chamados defensivos agrícolas, tendo ao mesmo tempo que se responsabilizar pela devolução dos recipientes vazios no local da compra no período de um ano

(BRASIL, 2002). As diretrizes da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e também do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), precisam ser seguidas obrigatoriamente, uma vez que são órgãos responsáveis pela avaliação desses produtos.

Importa considerar que os incentivos governamentais para países em desenvolvimento serviram para impulsionar o crescimento agrário e popularizar a chamada modernidade agrícola, ou seja, com políticas de investimentos industriais e rurais. No entanto, existe diferenças se comparamos os dispositivos legislados entre o Brasil e a União Europeia. O quadro 1 demonstra os dispositivos legais de ambos e suas respectivas diferenças:

Quadro 01: Comparação dos Termos legais de Controle de Agrotóxicos do Brasil e da UE.

BRASIL	UNIÃO EUROPEIA
O potencial de perigo ao meio ambiente e a saúde do ser humano é tomado como referencial na aprovação do registro;	O resultado da avaliação dos riscos à saúde humana e ambiental serve como referencial para aprovar o registro;
O ápice da prova de segurança da comercialização dos agrotóxicos é de responsabilidade do Governo Federal;	O ápice da prova de segurança das substâncias químicas comercializadas é de responsabilidade da indústria;
O registro tem prazo indeterminado, sendo de validação definitiva;	O registro tem caráter temporário, a cada 10 anos é feito um novo;
Os produtos registrados são reavaliados quando organizações internacionais responsáveis pela alimentação, saúde ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário e conveniado, alertem para riscos ou desaconselhem o uso de agrotóxicos, seus componentes e derivados, pois não há prazo determinado para reavaliação;	Os produtos registrados são reavaliados pelas organizações internacionais responsáveis pela saúde, meio ambiente ou alimentação, alertando para os riscos e intervindo no uso de pesticidas a cada 10 anos;
O controle do uso é feito através da emissão do receituário agronômico, na revenda de produtos;	Não utiliza receituário agronômico;

Os agricultores não têm suporte financeiro.	Incentivos financeiros aos agricultores e suporte aos que estão envolvidos em programas de cultivo, no intuito de reduzir poluentes da agricultura, melhorando o meio ambiente.

Fonte: Decreto nº 4.074/2002, Diretivas 91/414/CEE e 98/8/CE, e Regulamento nº 1907/2006/CE. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2526/1/adriana.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Os fatores acima, mostram as diferenças que existe no uso de agrotóxicos entre um bloco econômico de países desenvolvidos e um país emergente, em desenvolvimento. Vale ressaltar que os fatores antagônicos entre eles, mostram uma certa semelhança, no entanto, a preocupação com a saúde humana e o meio ambiente está muito mais evidenciada na legislação da UE.

3 MARCO METODOLÓGICO

O homem movido por sua inquietação e curiosidade foi em busca de conhecimentos acerca do mundo em que habita estabelecendo relação entre o que conhece e, o que, consequentemente, passa ser desvendado ou comprovadamente conhecido. Dessa forma, a escolha de procedimentos intelectuais e principalmente técnicos, supre o aprofundamento e o caminho que será trilhado cientificamente até chegar-se a um possível resultado. Cervo e Bervian (2002), salienta que o método é a ordem imposta a diferentes processos no objetivo de atingir uma certa conclusão.

Com isso, os estudos do método também chamado de metodologia, se tornam uma constante no presente trabalho, pois o objetivo desse capítulo é formalizar e descrever as principais características utilizadas no processo de sua construção. Isto posto, existe todo um caminho e procedimento para se chegar a um novo conhecimento. Dessa forma, a escolha do tipo de pesquisa usada foi fundamentalmente determinante na organização e na tomada de decisões, tanto na questão bibliográfica, quanto na busca de dados *in loco*.

A direção e procedimentos técnicos e metodológicos é quem orienta a busca por conhecimentos científicos, na finalidade de intercalar características necessárias para formulação de um provável resultado. No entanto, a explicação e a discussão de fenômenos estão intimamente ligadas ao processo metodológico, isso tem a ver com a prática científica universitária, um ato inerente ao contexto intelectual do estudante. Conforme Fontelles (2009), as técnicas adotadas em qualquer pesquisa científica, denotam quais procedimentos serão utilizados na apuração dos dados coletados.

3.1 Características da Pesquisa

O desenvolvimento de uma pesquisa científica requer concretividade metodológica, pois os determinantes da ciência se processam através da mutualidade entre o lógico e o real, nesse sentido, a formalização e o aprofundamento científico são construídos metodicamente. No entanto, o seguimento de etapas serve para o aprofundamento e resultado da problemática,

haja vista, que existe variações interpretativas que precisam estar adequadamente interligadas a objetividade final do trabalho.

Nessa perspectiva, a ciência geográfica em suas pesquisas carece de escolha de uma categoria de análise, sendo assim, o presente trabalho seguiu na categoria geográfica de análise do lugar, pois ele não se resume somente a localização, mas aos vários tipos de envolvimento com as raízes e com o mundo, através de afetos desenvolvidos em relação ao meio ambiente. Ademais, foi utilizada também a vertente metodológica indutiva, partindo do prelúdio da monocultura, com seus aspectos, características e evoluções, tendo em vista, o objetivo de elaboração e generalizações abrangentes, pois o foco na monocultura do milho nos levou ao entendimento de várias características que formam o espaço socioeconômico paripiranguense. Foi utilizado, a princípio, fontes bibliográficas para descrever os tópicos, visto que, o seguimento de etapas e procedimentos para o aprofundamento da problemática, se torna necessário em qualquer pesquisa científica.

Com isso, os procedimentos metodológicos não se restringem apenas ao método indutivo, mas também a vertente metodológica descritiva e qualitativa, pois foi necessário descrever algumas mudanças ocorridas no espaço geográfico de Paripiranga, e identificáveis nos anos 2018/2019, ocasionadas pela cultura do milho, principal fonte de renda do município. Não obstante, tornou-se fundamental a busca por dados junto aos órgãos municipais como forma de corroborar nos resultados objetivados, obtendo as informações da produção e da comercialização de anos anteriores.

Portanto, a introdução da pesquisa qualitativa no processo, possibilitou o aprofundamento na compreensão da organização socioespacial da área estudada, identificando os aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Segundo Knechtel (2014), a pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa por ter como objetivo a busca pela dinamicidade relacional entre a realidade e o sujeito. Dessa forma, a compreensão dos impactos positivos e negativos na produção do milho, se torna pertinente na constatação socioespacial das famílias.

Logo, a análise da forma de plantio e a aplicabilidade de recursos usados por alguns produtores se tornou pertinente, utilizando-se também de características da pesquisa de campo, registrando dados através de fotografias desde a preparação do solo, adubação, até a lavoura germinada até o escoamento da safra. No entanto, será complementada com dados de colheitas anteriores. Santos (1997), menciona

que para entender caracteristicamente qualquer espaço estudado, é necessário separarmos e sermos minuciosos na análise das instâncias formadoras.

Tais instâncias servem de vertente comprobatória na identificação do funcionamento de uma sociedade, tendo em vista, que o contexto socioespacial é complexo e abrangente, ou seja, apreender a operacionalização de cada etapa da produção, se torna um dos fatores que contribuiu para análise de alguns temas principais: os agentes que estão envolvidos, os círculos de cooperação, como funciona a logística e a organização do território estudado. Dessa forma, Santos (1993), salienta que os fatores de produção mundializados passam a ter grande mobilidade.

Apesar dos procedimentos metodológicos já destacados, também vale ressaltar a utilização do método organizacional de Libault (1971), que será intercalado à pesquisa, no entanto, o mesmo não pode ser visto como procedimento científico, mas sim, como categoricamente processual, que têm por finalidade correlacionar e articular a análise dos dados coletados. Libault (1971 *apud* Ross, 2008, p. 34-38), definiu categoricamente uma pesquisa geográfica em diferentes níveis processuais, são eles:

> • **Nível compilatório**: É a reunião e compilação dos dados coletados para sua posterior utilização no trabalho, a junção primária de elementos que irão nortear o resultado no final depois das sequenciais etapas;
> • **Nível correlativo**: Caracteriza-se em correlacionar os dados já obtidos na pesquisa, é o momento de seus possíveis agrupamentos;
> • **Nível semântico**: É o momento de aproveitamento ou não de elementos levantados no processo anterior, condizentes através de um processo interpretativo;
> • **Nível normativo:** É a fase da pesquisa em que o produto se torna modelo normativo de aproveitamento, que sustentará a estrutural geral.

Portanto, o autor destaca os níveis processuais e a evidente necessidade organizacional da pesquisa, onde a descrição dos fenômenos refletidos socialmente na área de estudo, precisa ser destacada e minuciosamente correlacionada com a realidade atual. A pesquisa partiu da análise de características específicas de lavouras no Povoado Cavaco, à cerca de 4 km de Paripiranga (BA), sede do município, nos anos de 2018/2019, tendo proveito que estamos em época de plantio e os agricultores estão a todo vapor preparando os solos para a monocultura do milho.

3.2 Características Fisiográficas

As interações entre o homem e o meio natural é uma das formas de comprovação sobre a ocupação de terras e atividades nelas desenvolvidas. No entanto, existe diversos fatores e características que não podem passar despercebidos nesse trabalho. A fisiografia da área estudada precisa ser descrita e detalhada, uma vez que ela é essencial para o entendimento da monocultura do milho no município. Logo, aspectos como: geomorfológicos, solos, precipitação, entre outros, fomentam e permitem identificar as potencialidades e possíveis restrições no sistema produtivo.

Dessa forma, os efeitos complexos ocasionados pelos diversos elementos fisiográficos, tendem a obrigar substancialmente a análise e o estudo desses componentes. Santos (2004), destaca a importância do conhecimento acerca das unidades geológicas, pois a dinamicidade e o tipo de terreno necessitam de orientação e suporte quando se trata de ações antropogênicas, ou seja, o ser humano costuma transformar o espaço geográfico de maneira a impactar negativamente o meio ambiente.

Dessa forma, a condução e orientação de técnicos especializados, geograficamente e agronomicamente, facilitam o entendimento das características fisiográficas, tendo em vista, que esses fatores são importantes condicionantes para o desenvolvimento agrário. Portanto, a monocultura do milho em Paripiranga está atrelada intimamente as essas especificidades territoriais.

3.2.1 Localização

O Estado da Bahia está situado na região Nordeste do Brasil, a qual possui, ao todo, uma extensão territorial de aproximadamente (1.558.000 km²), subdividida em nove estados com características fisiográfica e socioeconômicas comparativamente equivalente. Segundo Melo (2016), a distribuição estadual, dado territorial, configura-se da seguinte forma: AL (27.807,3 km² - 1,78%), BA (566.355 km²- 36,27%), CE (148.853 km² - 9,53%), MA (335.861 km² - 21,51%), PB (56.524,2 km² - 3,62%), PE (98.192,3 km² - 6,28%), PI (252.718 km² - 16,18%), RN (52.867,1 km² - 3,38%) e SE (21.914,2 km² 1,4%).

O Estado da Bahia divide-se em sete mesorregiões, denominadas por Nordeste Baiano (56 335,147 km²), Centro Norte Baiano (81.354 km²), Vale São-Francisco da Bahia (115.860 km²), Extremo Oeste (115 860,250 km²), Centro Sul (128 472,722 km²), Região Metropolitana de Salvador (11 241,060 km²) e Sul Baiano (54 642,351 km²). No que se refere às microrregiões, a Bahia possui ao todo 37 micros regionalidades, (chamadas, também, por Regiões de planejamento), que estão redistribuídas em cada uma das mesorregiões anteposto mencionadas.

A Mesorregião Nordeste (56 335,147 km²), onde está situado o território paripiranguense, é uma das regiões de planejamento baiano, sendo esta desmembrada em sessenta municípios e limitada fronteiriçamente a leste com o Estado de Sergipe (Agreste Sergipano (SE); Leste Sergipano; Sertão Sergipano), a sul com a região Metropolitana de Salvador, a oeste com o Centro-Norte Baiano e a norte com o Vale São- Franciscano da Bahia. Dentre as microrregiões encontradas no nordeste baiano, a microrregião de Ribeira do Pombal se destaca por abranger o município em estudo e suas redondezas.

> As regiões homogêneas, de acordo com o IBGE, portanto às áreas que integram, dentro dos próprios Estados, municípios com características físicas, sociais e econômicas de certa homogeneidade, porém salientando que sendo as regiões muito grandes acabam por incluir na mesma região realidades muito distintas. (BLATT; GONDIM, 2013, p. 04).

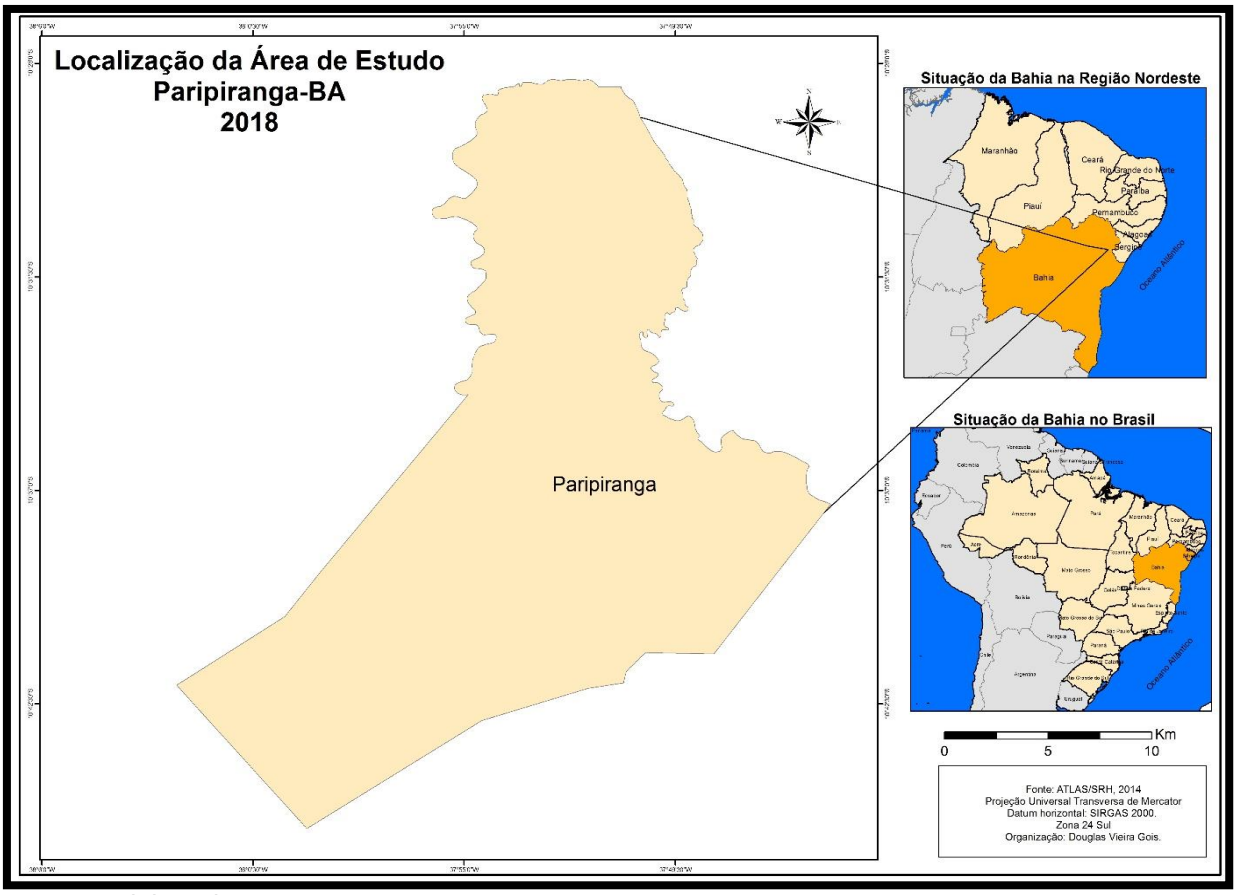
Os processos de regionalização ocorridos no Estado da Bahia, bem como nos demais Estados do território brasileiro, tiveram por critérios as relativas agregações que os municípios constituintes apresentavam em relação aos seus circunvizinhos. Campos (2000), salienta que essa redistribuição sob o olhar dos aparelhos estatais, foi indispensável para a formação de novos pontos de influência, inseridos na rede maior que é o Estado privilegiando as diferentes realidades econômicas, estabelecidas pela dinâmica dos investimentos públicos, além de incentivar à iniciativa privada no território.

O município de Paripiranga, que está localizado na Região de planejamento Nordeste da Bahia, tem em sua área territorial 436,6 km², estando inserida, segundo o CPRM, nas folhas cartográficas (SC.24-ZA-V), (que até o momento não se encontra reeditada), Carira (SC.24-Z-A-III) e Simão Dias (SC.24-Z-A-VI) na escala 1:100.000, editada pelo MINTER/SUDENE em 1973. As coordenadas geográficas,

de acordo com os dados coletados no site do IBGE, são de 10°41’00” de latitude sul e 37°51’00” de longitude oeste.

Suas divisas estão delimitadas a leste e sul pelos municípios sergipanos de Simão Dias (9,1 km), Pinhão (32,7 km) e Poço Verde (49,0 km); a norte e oeste pelos municípios baianos de Coronel João Sá (100,0 km BR 235\ 51, 8 km BA 220) e Adustina (45, 9 km), respectivamente. O acesso à capital Salvador é efetuado pelas rodovias pavimentadas, como as BR-324, BR-116, BR410, BR-110 e a BA-099 (Linha Verde) num percurso total de 364 km (CPRM, 2005).

Figura 01: Localização da Área de Estudo.



Fonte: Elaborado por GOIS, 2018.

A longínqua distância de Paripiranga à capital Salvador, se tornou um determinante para que as relações construídas ao longo do tempo, entre o município e sua capital, não sofressem muita influência culturalmente, mantendo apenas relações de poder políticos administrativos, tendo em vista que na mesma se encontra a sede do governo do Estado. O fato de Paripiranga fazer divisa, em sua maioria, com municípios do Estado de Sergipe, torna-o muito mais vulnerável a

características culturais do estado vizinho. Dessa forma, a capital sergipana, Aracaju, também mantém forte influência sobre a cidade em estudo, seja ela comercial, turística ou econômica.

3.2.2 Clima

A dinâmica habitual atmosférica gera as configurações e características climáticas, ou seja, controlando e desencadeando processos de transformações de paisagens. Logo, o clima de uma região é determinado por variações de diversos formantes naturalmente combinadas. Para Mendonça e Danni-Oliveira (2007), o estudo do clima pode ser feito através de dimensões tanto espacial quanto temporal. Porém, a variação de tempo e espaço se dá por causa das manifestações climáticas correspondente as características geográficas da paisagem.

Em suma, os parâmetros climáticos distintos demostram a necessidade de identificação dos variados e complexos determinantes naturais do clima. Porém fatores geofísicos como o tipo de solo, pedológicos, geológicos e até mesmo efeitos da atividade humana tem expressivo efeito sobre o meio ambiente.

> Sobre clima entendemos o conjunto dos fenômenos meteorológicos que caracterizam o estado médio da atmosfera em qualquer ponto sobre a superfície da terra. O que chamamos de tempo, é apenas uma fase, um único ato da sucessão de fenômenos, cujo ciclo completo, ano após ano, em uma sequência mais ou menos semelhante é o clima de um lugar (HANN, 1908, p. 16).

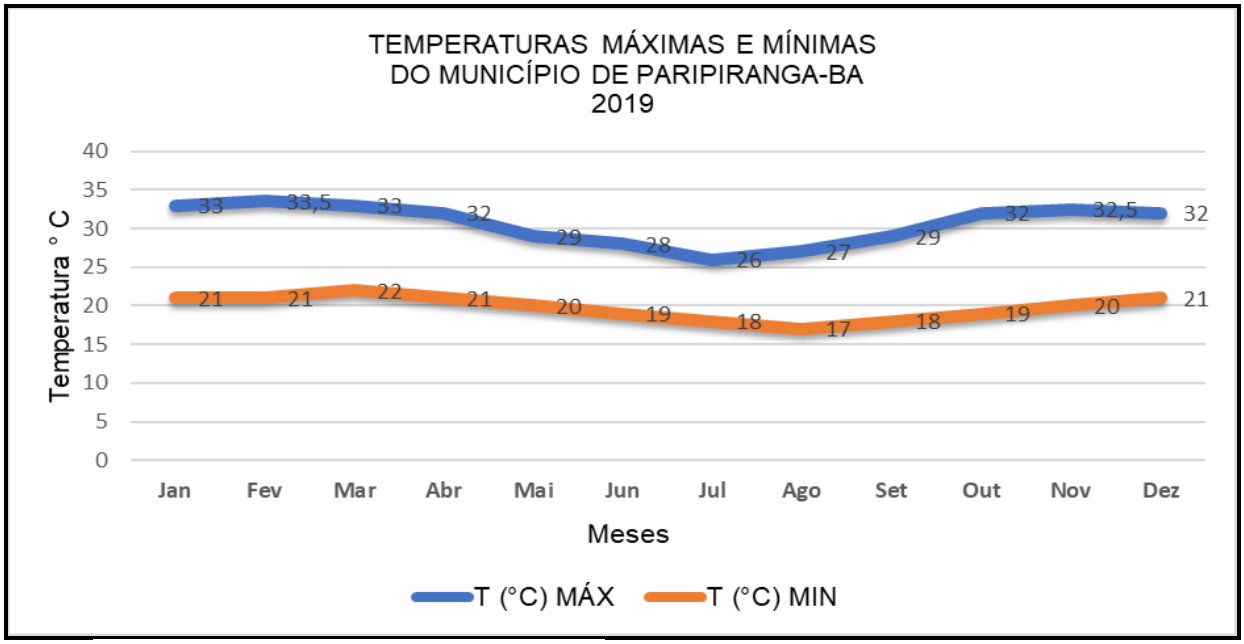
Correlacionando a Região Nordeste brasileira onde os índices pluviométricos são constantemente irregulares, com oscilações ao longo do ano, percebe-se o déficit e a concentração de precipitações em determinadas localidades durante 3 ou 4 meses. No entanto, existe outras partes da região com escassez extrema. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE (2020), destaca que a soma das irregularidades pluviométricas do Nordeste já supracitadas, contribui para a insuficiência hídrica, desencadeando sérios problemas para a população.

Não obstante, a sazonalidade variada naturalmente ligada a presença de baixas pressões atmosféricas, tende a provocar períodos de fortes chuvas. Tal influência é causada pela (Zona de Convergência Intertropical) ZCIT, que sob a diferença de cinquenta dias o sistema muda de posição, indo em direção ao

hemisfério norte, diminuindo os índices pluviométricos e até mesmo a umidade relativa do ar. Partindo desses pressupostos geoclimáticos, podemos correlacionar o município paripiranguense na Bahia, e destacar que ele está inserido no chamado polígono da seca, com o clima classificado de subúmido a seco e megatérmico.

As temperaturas médias anuais do município são de 23.2 ºC, verões longos, temperaturas altas, sem existência de nebulosidade e céu predominantemente aberto. Logo, existe alternância de temperaturas ao longo do ano, com oscilação de 17 ºC a 33 ºC *(gráfico 01)*; no entanto, as temperaturas podem chegar a níveis inferiores quando a presença das raras anomalias térmicas, com variações de 15 ºC ou até mesmo superiores a 35 ºC (IBGE, 2018). A partir de 19 de outubro a 8 de abril, ou seja, de 5 a 6 meses, é quando as estações quentes predominam, com temperaturas diárias acima de 32 ºC, onde o primeiro gráfico mostra que o dia 13 de janeiro foi o mais quente do ano 2019.

Gráfico 01: Temperaturas máximas e mínimas médias de Paripiranga (BA) no ano de 2019.



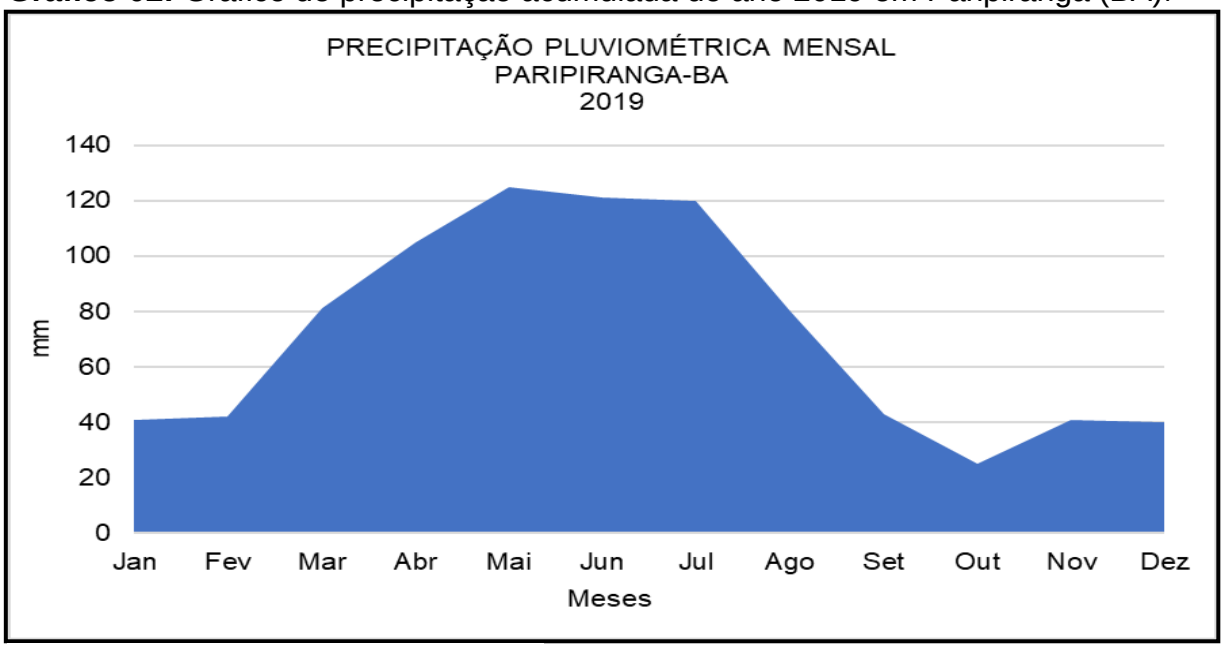
Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (organizado pelo autor), 2020.

No tocante, a pluviometria do município paripiranguense e principalmente as precipitações concentradas nos meses de maio e junho, a acumulação máxima pode ser de até 920 mm. Esse número é destacado por ocorrerem períodos mais extensos de chuvas durante esses dois meses, tendo em vista que o verão tem temperaturas elevadas e a evaporação é significativamente maior. Porém, em Paripiranga chove isolamento o ano inteiro nas áreas de altas altitudes e no centro

urbano. O INMET (2020), destaca que o máximo de chuvas é 31 dias, com foco no índice do dia 23 de maio, que obteve de acumulação a média de 78 mm.

O período de estações secas corresponde aos meses de agosto a março, *(gráfico 2)*; tendo em vista que duram de 7 a 4 meses, constatando-se que a correlação sazonal da variabilidade pluviométrica mensal do município é considerável nos meses mencionados anteriormente. Logo, essa dependência da agricultura paripiranguense pela chuva, desencadeia um problema constante em regiões de transição como nessa região, pois tende a provocar perda de lavouras em anos que os índices pluviométricos são menores.

Gráfico 02: Gráfico de precipitação acumulada do ano 2019 em Paripiranga (BA).



Fonte: INMET (organizado pelo autor), 2020.

No gráfico acima está descrito que os meses com maior volume de chuvas são abril (105 mm), maio (130 mm), junho (125 mm) e julho (122 mm), no entanto, os menores índices oscilaram entre os meses de outubro, dezembro e janeiro, registrando: 22 mm, 30 mm e 40 mm. Com isso, o mês de maior pluviometria acumulada é maio, com 130 mm e o mês mais seco seria outubro, com apenas 22 mm. Nos meses em que há elevadas taxas pluviométricas, onde os condicionantes antrópicos e geofísicos presentes em vários locais do município, desencadeiam características socioespacial singulares.

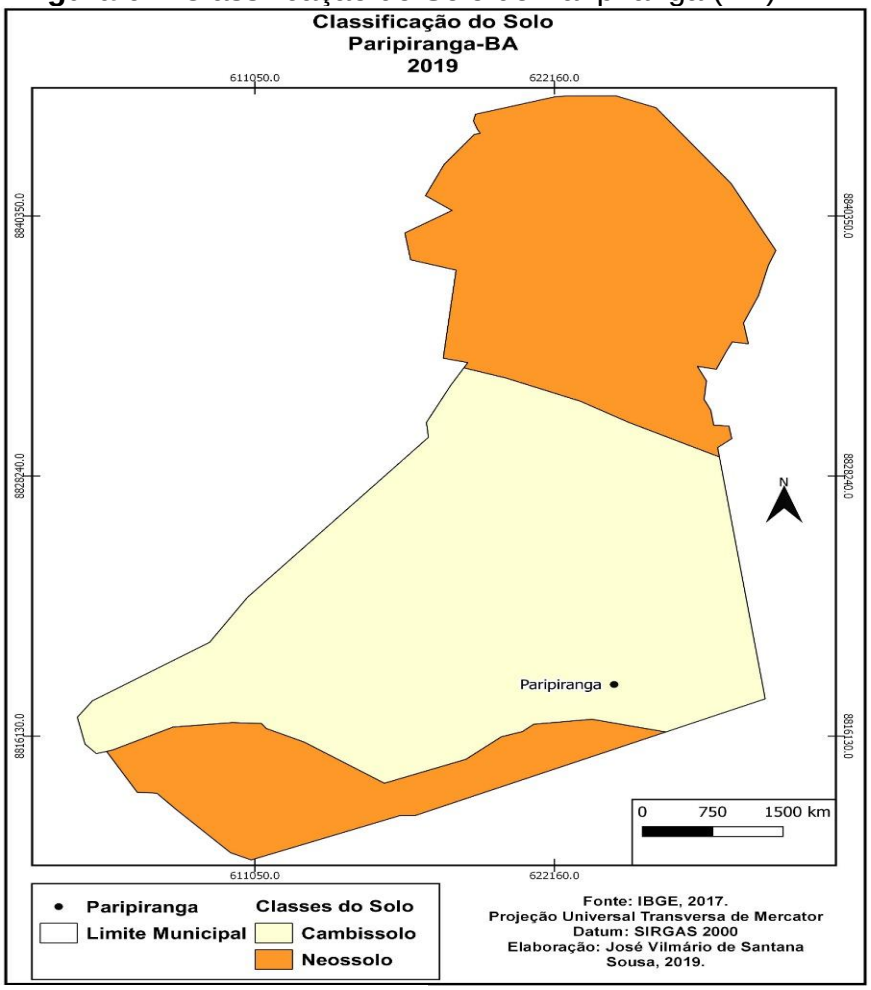
Assim, existe fatores naturalmente dinâmicos que acaba impactando a paisagem, são estes: a velocidade dos ventos e a umidade. Para Santos (2012), esse primeiro acaba potencializando a capacidade erosiva, através das gotas da

chuva, no entanto, é nítido que ao longo do tempo o homem remodela o meio ambiente através de técnicas e atividades categoricamente antropogênicas, muitas vezes ignorando as inesperadas reações da natureza.

3.2.3 Solo

A pedologia é conhecida como a ciência dos solos, por isso, a descrição e sua distribuição na área de estudo, tende a ser pertinente para o melhor entendimento das suas várias combinações e intensidade de alguns elementos. Tais técnicas seguem critérios e padrões definidos para descrever o solo de um determinado território. Santos et al. (2005) salienta que elas são muito utilizadas pelos profissionais que tem um papel importante para a ciência do solo. Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) define o solo como um agrupamento de corpos naturais.

Figura 02: Classificação do Solo de Paripiranga (BA).



Fonte: Elaborado por Sousa, 2019.

A região no sentido macro, tem variações pedológicas distintas, a *(figura 2)* destaca a tipagem de solos com maior abrangência quando referido somente aos limites territoriais de Paripiranga-(BA), são eles: Neossolo que segundo a Embrapa (2006), em áreas planas apresenta maior fertilidade natural (eutróficos) e de elevada profundidade, apresentando potencialidade para uso agrícola, haja vista, que o (distróficos) carece de adubação por sua maior acidez e baixa fertilidade. Dessa forma, o manejo adequado é primordial para maioria das plantas e principalmente do milho ao qual estamos tratando nesse trabalho.

Logo, o segundo tipo de solo do município baiano destacado acima na *(figura 2)*, é o Cambissolo que também de acordo com a Embrapa (2006), tem características rasas e profundas de cor bruna ou bruno-amarelada, que apresentam bom potencial agrícola. Vale destacar que esse tipo de solo está normalmente associado a relevos muito movimentados, de ondulações e montanhosos, com isso, o manejo e a preparação precisam ser feitos através da correção de acidez, além de adubações especificas para o tipo de milho a ser cultivado.

3.2.4 Relevo

O relevo é um dos aspectos que exerce uma certa curiosidade sobre seus modelados e suas características de formação, no entanto, cabe a geomorfologia que é uma vertente da ciência geográfica utilizar-se desse importante aspecto para investigar as diferentes formas e as associações com as diversas atividades humanas. Ross (1999), afirma que o estudo do relevo não se ampara somente em seu significado de condicionamento dos processos de organização da sociedade humana, mas também pelos fatores contributivos adquiridos a partir desse mesmo estudo.

Logo, tais especificidades do relevo precisam ser levadas em consideração quando tratamos de monocultura do milho, pois quando se trata de planícies que é um dos aspectos do relevo, a utilização de grandes maquinários fica muito mais facilitada, uma vez que não existirá grandes elevações que impossibilitaria a utilização de tratores. Portanto, a variabilidade geomorfológica paripiranguense é acidentada e bem distinta, com elevações variantes entre 215 m (mínima) a 417 m (média) de atitude, para tanto, segundo Santana, Silva e Silva (2010), as variações

expressivas de altitude que podem chegar a 497 metros levando em consideração 16 km, podem chegar a 737 metros em consideração a 80 km.

O relevo do munícipio de Paripiranga encontra-se esculpido em rochas do grupo Vaza-Barris, sendo elas: rochas ígneas de embasamento cristalino, abrangendo regiões aplainadas e tabuleiros (naturalmente esculpidos e até mesmo produzidos antropicamente), pequenos vales, planícies fluviais, rampas de colúvio, morros isolados e serras residuais (CPRM, 2005).

4 MARCO ANALÍTICO

A analogia e a necessidade do pesquisador interpretar a realidade sob novas dimensões, tende a impulsionar a utilização de instrumentos analíticos. Diante desse quadro, o processo de investigação cientifica torna-se extremamente relevante nas várias etapas de coletas de dados, tendo em vista, que a elaboração e a curadoria dos materiais recolhidos, tende a contemplar aspectos como confiança, ética e validade. Segundo Gil (1999), a interpretação tem como objetivo a amplitude das respostas mutualmente relacionadas com conhecimentos anteriores, no que se refere a análise, a organização dos dados é o objetivo que irá possibilitar o fornecimento do resultado.

Assim, o marco analítico do presente trabalho, busca fomentar a abordagem teórica feita anteriormente, através do confronto com os dados coletados na investigação. Contudo, a complexidade na análise desses dados envolve retrogressão entre conceitos considerados abstratos e os esporadicamente concretos. Vale mencionar que a monocultura do milho em Paripiranga tem um contexto amplo, porém, poucos registros sistematizados disponíveis para pesquisar e tabular. Mesmo com essa limitação, a pesquisa seguiu na montagem dos resultados e das considerações finais.

4.1 Aspectos Geo-históricos

No século XVII o espaço geográfico onde hoje se chama Paripiranga era então ocupado pelos colonos, para muitos historiadores esse período é considerado a premissa de fundação territorial do município baiano. Carregosa (2015), destaca que o povoamento desse território mencionado, ocorreu pela dispersão de pessoas que chegavam do sertão da Bahia e do agreste de Sergipe, tal diáspora ocorria por causa dos dilemas socioeconômicos e naturais que aconteciam nos respectivos locais de partida. As condições ambientais do território paripiranguense atraía esses fluxos migratórios advindos do sertão, porém, o foco dos que chegavam do agreste sergipano era explorar o solo através da pecuária extensiva e o cultivo da cana-de açúcar.

Figura 03: Uma das praças de Paripiranga (BA) - 1952.

Fonte: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/pesquisa/14/10193?tipo=grafico&indicador=10358>. Acesso em: 20 mai. 2021.

A homogeneidade populacional ao se instalar nesse novo território, se destaca na forma em que os colonos se espalham, concentrando-se e fixando-se categoricamente em maior número nas margens de estradas, construindo suas casas e abrigos. No entanto, a edificação territorial não se centralizou somente nas residências, mas também, na construção e desenvolvimento de locais para feiras livres e capelas religiosas. Não obstante, a extinção de muitos nativos, denominados índios vermelhos que eram um ramal dos Tapuias, foi se propagando durante o processo de recolonização.

Isso posto, evidencia-se que a evolução da historicidade de Paripiranga (BA), teve períodos de evolução diferentes, onde começa na sua gênese colonizadora até o firmamento emancipatório:

> A evolução histórica de Paripiranga ocorre em vários períodos. O primeiro período compreende a chegada dos índios primeiros habitantes da região, sendo eles os Índios Tapuias, fundando nas Matas, o Aldeamento da “Cerca Verde”. O segundo, compreende a penetração dos colonos, com a distribuição de Sesmarias (OLIVEIRA; CELESTINO; SANTOS, 2016, 02).

A geografia territorial onde se desenvolveu o centro político do município se destaca por ser uma área de transição entre o sertão e a zona da mata, dessa forma, as condições fitológicas e climatológicas das duas áreas supracitadas podem ser encontradas, é essa característica singular que os portugueses colonizadores observaram, despertando maior interesse pelas terras. De acordo com Carregosa (2015), as terras eram conhecidas como Mata de Simão Dias, tais denominações eram determinadas pela família dos Dantas de Itapicuru e do Português Manoel de Carvalho Carregosa, as extensões tendiam ser desde as proximidades do Rio Vaza-Barris até o Rio Real.

De acordo com Carregosa (2015), a vinda e permanência da família Menezes nestas terras, fortaleceu o processo de territorialização expandindo-se para então chamada “Malhada Vermelha”. O distrito em construção foi impulsionado através da soberania da família Menezes, responsáveis pela construção da primeira capela de (Nossa Senhora do Patrocínio). Assim começa a urbanização, ou um traço do que iria se tornar o mesmo distrito futuramente, a despeito disso, também já começara uma questão latifundiária, ou seja, repartições de terrenos e a concentração das principais famílias da época ao redor da igreja.

A expansão territorial urbana começou a partir daí a concretizar-se, residências, centros comerciais, engenhos patriarcais, centralizando na igreja a referência primária de expansionismo do espaço urbano e os elementos circundantes de desenvolvimento.

> A forte presença da Igreja Católica no Brasil enquanto colônia evidenciou-se nos diversos campos além do religioso, como político e social e na formação do espaço urbano, servindo em muitos casos como referência paisagística nas cidades coloniais e que perdura até hoje, além de ter sido responsável pela fundação de muitas vilas e povoados como é o caso de alguns municípios do sertão [...]. (BARBOSA *et a*l., 2017, p. 01).

Diante desses fatores característicos e urbanísticos do período de colonização paripiranguense, aconteceu a construção dos primeiros prédios, capela e residências. No entanto, vale o destaque para a primeira escola pública em (1869), por consequência dessas evoluções, no final do século XVII, o então chamado povoado Malhada Vermelha, sob a Lei Provincial 1.168, tornou-se Freguesia, denominando-se Nossa Senhora do Patrocínio do Coité (IBGE, 2018). Com o passar do tempo, aconteceu o desanexação da Freguesia do município de Jeremoabo,

integrando-se à Vila do Bom Conselho. A emancipação só chegou em 1886, onde o já chamado de município de Patrocínio do Coité foi anexado ao Estado da Bahia, porém, somente na década de 30 do século XX passou a ser chamada de Paripiranga, nome de origem nativa que faz relação aos aparatos de pesca que os aborígenes utilizavam.

> Pelo Decreto Estadual nº 7.341, de 30 de março de 1931, substituiu-se a denominação por Paripiranga. O topônimo é formado dos vocábulos indígenas "pari" (cercado para apanhar peixes); e "piranga" (vermelho), tendo o mesmo sentido do primitivo nome da povoação. Os nativos de Paripiranga são chamados paripiranguenses (IBGE, 2010, p. 01).

Os primeiros conglomerados urbanos começaram a ser construídos e um deles foi o bairro[2] da igreja matriz, porém como destaca Carregosa (2015), já existiam algumas habitações em uma localidade que chamava Descida do Tanque, construídas anteriormente ao bairro supracitado. Atualmente, a localidade primaria se chama Rua Largo do Tanque, para tanto, como já foi mencionado, as moradias e a capela foram construídas em partes elevadas do relevo, e no entorno dessas primeiras urbanidades foram surgindo os novos bairros.

Contudo, com a transferência do cemitério que existia defronte a capela para a praça atualmente chamada de Ruy Barbosa, impulsionou o seguimento urbano em direção ao novo cemitério, que em meados dos anos 40, do século XX, teve que ser transferido para outro local, para dar espaço a construção do Grupo Escolar Professor Francisco de Paula Abreu, atual Escolas Reunidas professor Francisco de Paulo Abreu. Todavia, segundo Carregosa (2015), os investimentos direcionados a construções e a produção do espaço geográfico urbano, advinham da produção agrícola hegemonicamente dominado pelos colonos e sitiantes da época, a mecanização do campo converteu aos produtores uma nova vertente socioeconômica, onde o mercado imobiliário reagiu positivamente e a malha urbana obteve um novo ciclo.

A soberania dos latifundiários que detinham o domínio da região se tornou um dos fatores determinantes na organização territorial da então, Paripiranga. A partir dessas premissas, bairros foram sendo habitados por fazendeiros que com o passar

---

[2] **Bairro foi a terminologia encontrada na tese de doutorado de Antônio Santana Carregosa (2015). Nesta direção, podemos deduzir, que os bairros mencionados na referida obra, se refere ao que se denomina, atualmente, de Ruas.**

do tempo acabou diversificando em áreas por categorias sociais. Assim, podemos concluir que a problemática existente na contemporaneidade no que se refere as classes sociais mais e menos favorecidas, economicamente falando, originou-se no prelúdio paripiranguense, ou seja, a segregação socioespacial, em que os habitantes de baixa renda ocupam as áreas periféricas, em condições geográficas inabitáveis[3]. Isso acontece devido a eclosão das regiões centrais urbanas, fortalecendo a necessidade de buscar locais habitacionais sem organização e modelados de maneira inapropriada e gerando problemáticas posteriores.

Carregosa (2015), destaca outro elemento, não menos importante quando atribuído ao contexto socioeconômico, que é a implantação de uma instituição de ensino superior, a Faculdade Ages. A instituição mobiliza e impulsiona a profissionalização, acaba também alavancando o mercado imobiliário de Paripiranga através do fluxo de estudantes que saem de suas cidades para estudar e precisam alugar imóveis. Tal migração pendular serviu para desencadear um maior investimento no setor de imóveis para serem alugados, gerando renda extra para alguns cidadãos. Esse advento contemporâneo pode ser comparado ao desenvolvimento dos primeiros bairros no entorno da igreja matriz, que agora acontece nos arredores da Faculdade.

4.1.1 Monocultura do Milho em Paripiranga (BA)

Paripiranga (BA) passou pelo um longo processo de desenvolvimento de sua economia, com a agricultura não foi diferente, por volta dos anos de 1940 um pequeno número de produtores introduziu a cultura da batatinha, que posteriormente poderíamos chamar de primeira monocultura do município. A batata por ser produzida em escala elevada, era comercializada para grandes centros urbanos como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Carregosa (2015), o crescimento da produção e diversas áreas do território de Paripiranga fez nascer a primeira Cooperativa Agrícola.

A agricultura paripiranguense acompanhou os processos de modernização empregados pela mecanização do campo, mas vale destacar que só na década de

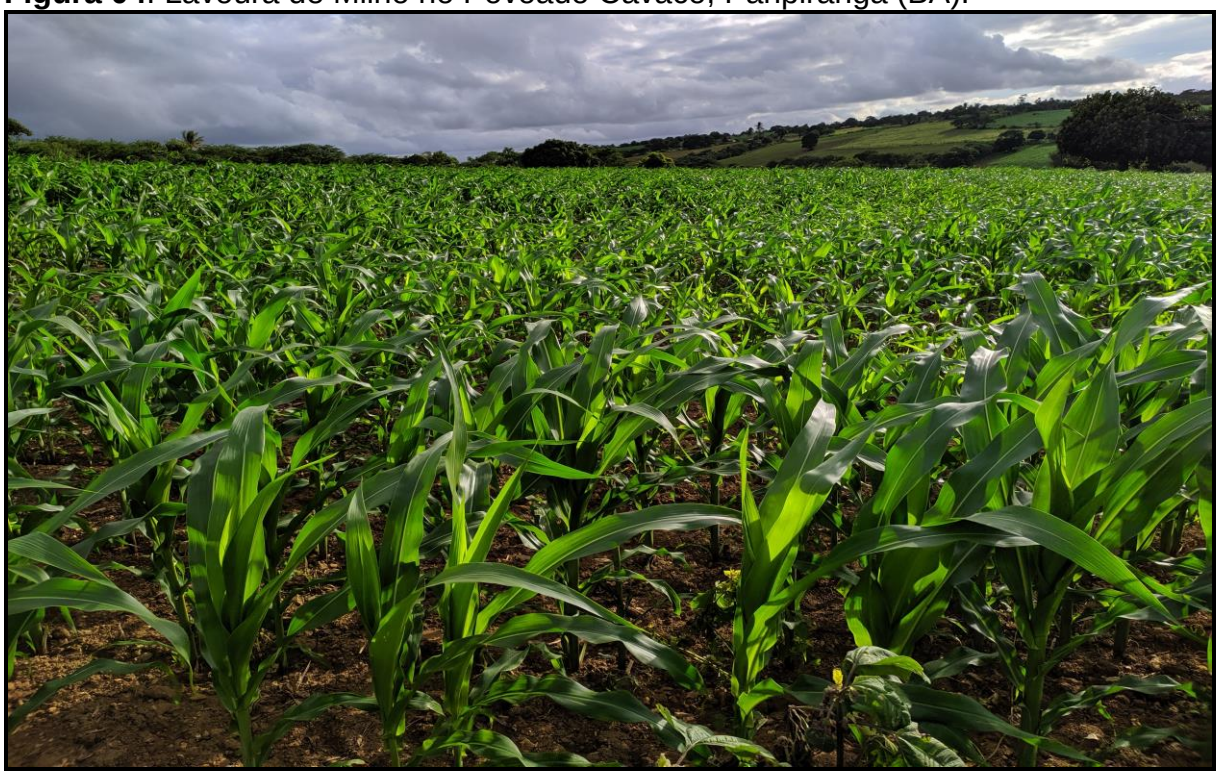
---

[3] **Regiões periféricas inabitáveis de Paripiranga, são aquelas que ficam em encostas, com grande risco de deslizamentos e desmoronamentos.**

1980, com investimentos governamentais foi possível impulsionar o sistema agrícola local, com isso, anos depois eclodiu a instalação de multinacionais do agronegócio no município. Carregosa (2015), destaca que o milho se tornou o produto a dominar a produção local, elevando para 68% dos 7 mil estabelecimentos da época que produziam algum tipo produto.

Assim, surgia a nova forma de produção agrícola em Paripiranga, baseada na monocultura do milho, mostrada na *(figura 04).* O espaço geográfico e a paisagem ruralista da região foram sendo modificados, dando lugar a grandes lavouras de milho e tornando essa cultura a maior fonte econômica do município baiano. Assim, esse novo modelo agrícola baseado na integração de novas tecnologias propiciou novas condições de vida para alguns agricultores.

Figura 04: Lavoura de Milho no Povoado Cavaco, Paripiranga (BA).



Fonte: Acervo do autor (2020).

As características singulares de Paripiranga tornam o município um importante polo econômico. O Portal Oficial do Estado da Bahia[4] em setembro de 2009, salienta que a microrregião de Paripiranga tem se destacado como maior polo estadual na produção de milho. Vale ressaltar que essa afirmativa advém dos

[4] Para mais informações leia a reportagem: Milho é tema de dia de campo em Paripiranga, no Portal Oficial do Estado da Bahia.

elevados registros de área plantada e de produção de milho do Estado, superando a produção de outras regiões. As mudanças socioespaciais ocorridas em Paripiranga podem ser exemplificadas culturalmente, a festa da batatinha que existia décadas atrás, deu lugar atualmente a festa do milho.

A cultura é um aspecto importante quando se fala em contexto socioespacial, pois ela também ressalta os valores e costumes de uma determinada sociedade, na *(figura 5)* a cultura local fica evidente e mostra o quanto a monocultura do milho está atrelada economicamente ao espaço geográfico paripiranguense. No entanto, vale ressaltar que a concentração de renda não está proporcionalmente centralizada na zona rural. O Portal Oficial de Paripiranga[5] também destaca a feira de agronegócio que acontece durante os festejos, uma forma de atrair investimentos na economia do município.

Figura 05: Festa do Milho em Paripiranga (BA).

Fonte: Calilanotícias.com, 2019.

Tais vetores mencionados servem para entendermos os reflexos socioeconômicos que existe a partir de um elemento específico, a monocultura do milho, além de ser a principal fonte econômica da região municipal também

[5] **Para mais informações, leia a reportagem Festa do Milho de Paripiranga-BA 2017, no Portal Paripiranguense.**

proporciona o crescimento e o bem-estar social a diversas famílias. Carregosa (2015), destaca que a mecanização no sistema agrícola de Paripiranga conciliado com outros fatores, tende a diminuir o elevado índice migratório de filhos de agricultores que saiam de suas terras em busca de novas oportunidades em outros Estados.

Dessa forma, as diversas fases que passou a agricultura do município até chegar ao modelo agrícola atual, corrobora no entendimento de algumas categorias existentes na geografia. Por outro lado, confirma o enorme potencial agrícola que tem esse território, existindo uma indissociabilidade estrutural entre o espaço geográfico e a sociedade. Santos (2006), destaca que a reclassificação dos espaços atende a hegemonia de interesses dos autores, isso aconteceu no momento em que os agricultores perceberam que as novas tecnologias empregadas na monocultura aumentariam a produção de milho, consequentemente a lucratividade dos mais interessados.

4.1.2 Produtividade do Milho

A premissa produtiva de Paripiranga (BA), se deu com o ápice na produção de mandioca, no entanto, vale ressaltar que logo depois, diversos produtos foram adentrando esse espaço geográfico. A cana, o café e o algodão também tiveram papeis importantes no desenvolvimento socioeconômico do município, embora a produção de batata inglesa que chegou logo depois, superasse todos esses anteriores. Tendo em vista esses aspectos, podemos formalizar que nesse momento surgia a primeira monocultura paripiranguense.

> A batatinha deu dinamismo à economia local, tendo em vista ser produzida em escala e destinada à comercialização para grandes centros como Salvador, Rio e são Paulo [...]. O dinamismo e a prosperidade econômica de Paripiranga promovida pelo cultivo da batatinha fez nascer uma Cooperativa Agrícola em Paripiranga, no ano de 1968 (CARREGOSA, 2015, p. 83).

A modernização e os incentivos a monocultura do milho só vieram nas décadas de 1980/1990, pois começaram os investimentos e programas que tinham como objetivo fortalecer a agricultura familiar, tais prerrogativas fomentam as atividades agrícolas desenvolvidas até a contemporaneidade. No mais, o que vemos atualmente é uma agricultura cheia de tecnologias, centrada na produção em larga

escala e sempre voltada para o abastecimento interno. A agitec (Agência Embrapa de Informação Tecnológica), destaca que a maior parte da produção é destinada a produção de ração animal.

O processo produtivo do milho em Paripiranga não está totalmente mecanizado, pois nem todos os proprietários de terras estão economicamente estabilizados, existe aqueles que preferem arrendar seus terrenos para outros agricultores por não ter dinheiro para preparação do solo, compra de sementes selecionadas, adubação, e nem para comprar os chamados defensivos agrícolas. Segundo Paiva (1975), a agricultura moderna se dá no âmbito da intercalação de novas técnicas produtivas, porém elas se caracterizam por serem muito mais necessitadas de capital do que das técnicas chamadas tradicionais. A *(figura 6)*, mostra um terreno em Paripiranga onde o solo foi preparado para o plantio, esse é só o primeiro passo da lavoura de milho.

Figura 06: Solo preparado para o plantio no Povoado Cavaco, Paripiranga (BA).

Fonte: Acervo do autor (2020).

A preparação do solo precisa ser feita de acordo com suas características e a partir do tipo de colheita que será adotada, mas vale ressaltar que Paripiranga advém de costumes rotineiros da agricultura familiar, por isso, não é correto afirmar

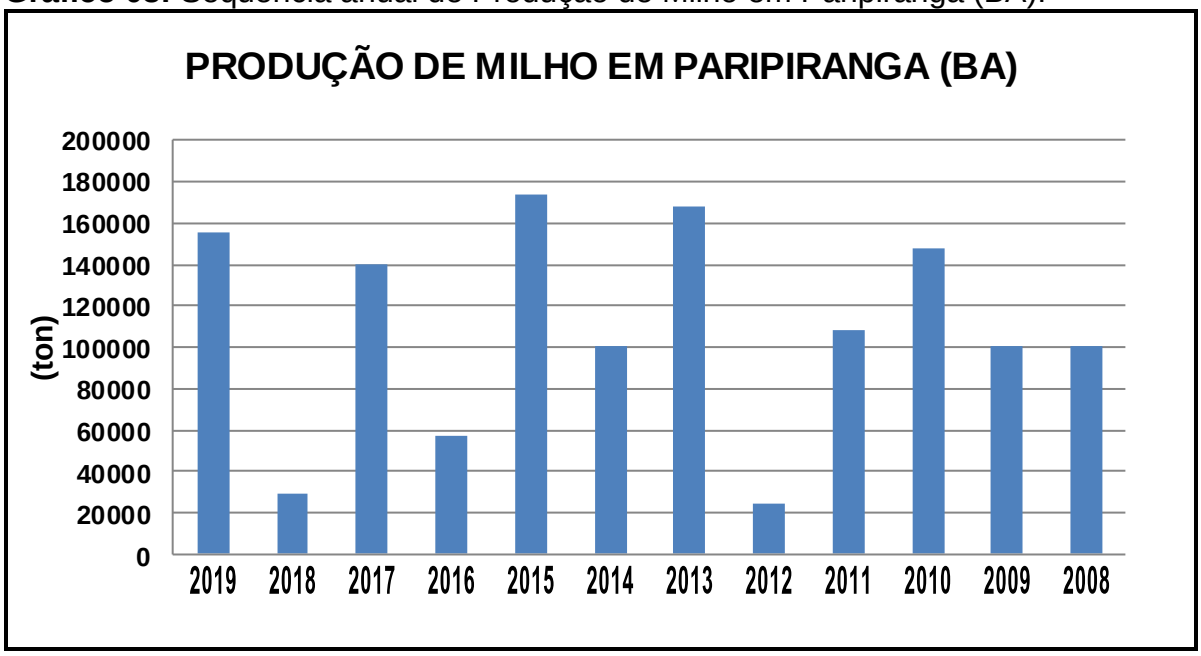
que todos os produtores rurais do município, segue todas as regras de manejo do solo preparada pela Embrapa.

Nessa perspectiva, Andrade (2015, p. 1) enfatiza que:

> A falta de conhecimento é um dos sérios problemas para o agricultor familiar. Pela ausência de fontes seguras para a aquisição de informações do ritmo climático, perdas acontecem pelo atraso ou antecipação das plantações, além disso, por não saberem o tipo de solo da propriedade e as consequências do uso do agrotóxico, os seus impactos são cada vez mais intensificados.

Essa incorporação da monocultura pela agricultura familiar se torna evidente em Paripiranga, a partir do momento que empresas do agronegócio se instalam na sede do município. Contudo, se analisarmos o *(gráfico 3),* podemos destacar o crescimento na produção anual, confirmando os incentivos agrícolas mencionados anteriormente. Esses percentuais do IBGE reafirma a evolutiva engrenagem de um novo padrão produtivo e mecanizado. Brum (1988, p. 60) "[...] enfatiza que o grau de modernização se avalia pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados".

Gráfico 03: Sequência anual de Produção de Milho em Paripiranga (BA).



Fonte: IBGE (Organizado pelo autor) 2020.

A necessidade de fluidez territorial e diversos outros fatores, tende a impulsionar a reorganização da chamada geografia da produtividade, da circulação e do consumo. Assim, a agricultura em Paripiranga teve sua modernização, a partir do momento que os produtores começaram a entender o poder da informação. Vale

ressaltar que esse processo de integração tecnológica no município, aconteceu de maneira lenta e sistematizada. Segundo Moraes (2009, p. 34) “[...] o processo de organização, trabalho e meios de produção (com algumas exceções) estão baseados na unidade produtiva familiar”.

Tabela 01: Produção de Milho em Paripiranga (BA), 2018/2019.

	Quantidade 2018/2019	**Quantidade por peso ou unidade**
Quantidade Produzida	28.800/156.000	T
Valor da Produção	19.296,00/109.200,00	(x1000) R$
Área Plantada	24.000/26.000	Há
Área Colhida	24.000/26.000	Há
Rendimento Médio	1.200/6.000	Kg/há

Fonte: IBGE (organizado pelo autor) 2019.

Os dados representados na *(tabela 1)* destaca o grande peso da produção de milho no contexto socioeconômico de Paripiranga. Os números revelam valores significativos tanto na produção, quanto na quantidade produzida nos de 2018/2019. Dessa forma, o sistema é caracterizado como um conjunto de elementos dinâmicos, que são organizados e centrados em um objetivo específico (LIMA *et al*., 1999, p. 5). O dinamismo singular nos elementos da área estudada, concretiza a necessidade de informações na adaptação e na introdução de novos elementos que foram incorporados na monocultura de milho do município.

4.1.3 Tratos Culturais

A execução de práticas ou cuidados efetivos durante todo processo da lavoura é um dos fatores determinantes para se ter uma boa colheita e uma boa produção, esses então chamados de tratos culturais, seria como se fosse uma atenção elevada e cautelosa durante o desenvolvimento do milho. Os produtores de Paripiranga já utilizam das técnicas inovadores usadas pelos grandes produtores de milho do Brasil, contudo, nem todos os agricultores da região estudada tem poder financeiro para tanto. Segundo Jean (1998, p. 272), “[...] a capacidade de adotar as

inovações tecnológicas, o domínio de uma gestão sadia, a criatividade dos trabalhadores e as melhores escolhas produtivas [...]" dependeria de fatores internos. Também, Jean (1998, p. 272) destaca que os fatores externos se referem "[...] à inserção nos mecanismos do mercado e à solicitude de políticas do Estado".

Por conseguinte, essas afirmativas já mencionadas traduzem o que foi visto durante a pesquisa *in loco,* onde foi identificado que a maioria dos agricultores já fazem adubações e tem acesso a novas técnicas de cultivo.

Quadro 02: Censo Agropecuário de Paripiranga (BA), 2017**.**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	**ESTABELECIMENTOS**
Recebe	531
Não recebem	4.557
ADUBAÇÃO	
Fez Adubação	4.259
Não Fez Adubação	828
AGROTÓXICOS	
Utilizou	3.119
Não utilizou	1.968
FINANCIAMENTO/EMPRÉSTIMOS	
Obteve	994
Não obteve	4.094

Fonte: IBGE (organizado pelo autor), 2021.

No *(quadro 2)* está descrito algumas das características necessárias para se ter uma agricultura que atenda os padrões de competitividade mercadológica, principalmente quando a análise é sobre a monocultura do milho, pois o IBGE nesse último censo feito no município, destaca que adubação e o uso de agrotóxico têm número elevado, no entanto, a assistência técnica está baixíssima, levando a

considerar que o uso desses produtos químicos está sendo feito de maneira inadequada pelo próprio agricultor. No que tange aos financiamentos e empréstimos, vê-se que os produtores de Paripiranga ainda não fazem tanto uso, ou não tem conhecimento aprofundado sobre as condições dos mesmos.

De acordo com Silva (1999), uma política de crédito é uma ferramenta importante na viabilização desse processo de modernização do sistema produtivo, da mesma forma, o autor salienta que os termos e taxas precisam ser diferenciadas e com juros compatíveis a forma de pagamentos desses produtos. Assim sendo, fica evidente o baixo percentual de procura por investimentos em Paripiranga, uma vez que, os agricultores temem o medo da inadimplência e muitos não tem informações convincente sobre o assunto.

Quadro 03: Maquinários utilizados na Agricultura de Paripiranga (BA), 2017.

TRATORES/IMPLEMENTOS/MÁQUINAS	ESTABELECIMENTOS
TRATORES	504
SEMEADERAS/PLANTADEIRAS	352
COLHEITADEIRAS	155
ADUBADEIRAS E/OU DISTRIBUIDORAS DE CALCÁRIO	215

Fonte: IBGE, 2021.

Os dados destacados no *(quadro 3),* também são do censo agropecuário de 2017, haja vista, que foi o último feito, então provavelmente os dados já mudaram, porém, vale o destaque para o número de maquinários que adentra o território paripiranguense, mostrando que o sistema produtivo continua se modernizando. São reflexos socioeconômicos da monocultura do milho.

4.1.4 Comercialização

A comercialização do milho de territórios pequenos como Paripiranga, normalmente é feita para Estados e municípios vizinhos, pois é vendido para o setor avícola, uma vez que, Alagoas e Pernambuco estão entre os maiores consumidores de grãos do Nordeste. Nesse contexto, a figura dos atravessadores é bem constante no mercado de milho, eles chagam até os agricultores e compram o produto a preços menores de mercado. Vale o destacar que com os atravessadores intervindo na venda do produto, a lucratividade dos agricultores diminui:

> [...] surge a figura do atravessador que limita o lucro do produtor impedindo a acumulação de capital e consequentemente os investimentos na melhoria tecnológica e na sua qualidade de vida, o atravessador é um dos grandes problemas da agricultura nordestina, pois estes é responsável pela comercialização e ganho do maior lucro da produção (BEZERRA; MAGALHÃES, 2000, *apud* SOUZA, 2011, p. 15).

A intermediação por parte dos atravessadores é bem concisa, pois o conhecimento de mercado do agricultor, na maioria das vezes, é inferior à dos intermediários, tendo em vista, que determinadas técnicas é hereditária, ou seja, por não ter condições de investimentos em tecnologias, elas são passadas de pai para filho, gerando uma certa dependência de pessoas para fazer a negociação. Uma das problemáticas recorrentes da busca por imediata venda do milho é a pouca condição para armazenagem, a maioria dos produtores não tem onde guardar sua colheita.

Figura 07: Comercialização do Milho em Paripiranga (BA).

Fonte: Acervo do autor (2020).

Dessa forma, a *(figura 7)* mostra a comercialização do milho em Paripiranga, por intermediação de atravessadores. Essa é uma característica comum em municípios pequenos e distantes dos grandes centros urbanos. Segundo a Embrapa (2019), a cultura do milho perdeu sua abrangência como cultura de subsistência, pois seu foco agora é uma agricultura comercial e mercadológica, basta observar a figura acima, onde o escoamento está sendo feito mecanicamente. Além disso, vale destacar que o escoamento da safra no município mencionado, era totalmente feita

através de mecanismos considerados antiquados. Por outro lado, a falta de conhecimento sobre o que o mercado e os consumidores precisam, acabam limitando os produtores, pois eles não conseguem atender plenamente as regras de consumo e do comércio (PEREIRA; GALVÃO; PIMENTA, 2000).

Essas fragilidades portadas pelos agricultores abre espaço para que outras pessoas ocupem seus lugares na venda do milho, desencadeando uma fragmentação socioeconômica, ou seja, o agricultor perde lucratividade na hora da comercialização, além do mais o comércio local não tem condições de absorver a safra produzida no município. Saner (2002, p. 27) destaca que a “negociação é um processo no qual duas ou mais partes buscam um acordo para determinar o que cada uma delas deverá dar ou ganhar, ou fazer e receber, numa transação entre eles”.

Os atravessadores têm um elo necessário e imprescindível para o escoamento da safra paripiranguense, pois seria impossível alguns agricultores permanecer com suas sacas de milho estocadas dentro de suas casas, muitos dos agricultores acabariam perdendo valores elevados na lucratividade do seu produto. Dessa forma, um dos aspectos que precisa ser descrito é a necessidade de ligação comercial mútua entre os produtores e os consumidores (PEREIRA; GALVÃO; PIMENTA, 2000). Essa mutualidade é importante socioeconomicamente, porque traz um olhar social de várias instâncias que investem e dão assistência aos agricultores.

Nessa vertente, Abramovay (1998-99) afirma que:

> O aumento é provocado do âmbito da ação desses agricultores atingindo bancos, assistência técnica e outros. Elos esses que poderão retirar os agricultores familiares daqueles que os prendem a um círculo vicioso de crescentes aviltamento dos preços de venda de seus produtos, função da reduzida margem de escolha na comercialização de seus produtos.

Portanto, a comercialização é o fator resolutivo de todo processo que será feito nos anos subsequentes, pois a lucratividade determinará se as sementes e os produtos químicos utilizados contribuíram no rendimento da colheita. Já que a maioria das famílias de Paripiranga vivem dessa agricultura familiar, aos poucos mecanizada, mas que dá trabalho e sustento a várias pessoas. Esses são os reflexos socioeconômicos que advém da monocultura do milho destacada no título deste trabalho, pois a economia é uma das instâncias socioespacial que integra o espaço geográfico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reflexos socioeconômicos ocasionados pela monocultura do milho traduzem o longo processo de desenvolvimento agrícola de Paripiranga (BA), concretizando a visão de que agricultura é um fator determinante para sobrevivência de várias famílias, tendo em vista, que elas dependem das lavouras para conquistar seus sonhos e proporcionar a seus filhos uma qualidade de vida melhor. Porém, pôde-se perceber durante a pesquisa, que o sistema produtivo considerado antiquado não foi eliminado totalmente, pois nem todos os agricultores conseguem investimentos para implantação de um sistema moderno e tecnológico.

Dessa forma, viu-se que a modernização das técnicas acaba monopolizando a produção, pois aqueles que usam maquinários modernos e produtos geneticamente modificados, tendem a ter uma colheita de qualidade. Além disso, a monocultura do milho trouxe a Paripiranga estabelecimentos comerciais voltados totalmente ao agronegócio, e não só isso, novos imóveis foram construídos a partir da renda adquirida das colheitas. Todos esses aspectos são reflexos socioeconômicos e transformações socioespacial desencadeados pela agricultura. Tendo em vista, a análise dos dados coletados do IBGE, fica explícito o crescimento anual dessa cultura agrícola até chegar aos anos atuais, no entanto, vale ressaltar que esse crescimento só se deu com os incentivos de bancos e setores privados.

A comercialização desse produto é feita pelos chamados atravessadores/intermediários, que compram dos produtores e vendem para o comércio. Essa é uma forma rentável para esses atravessadores, porém os agricultores tendem a perder dinheiro nessa negociação. Em síntese, o espaço geográfico de Paripiranga foi construído desde suas premissas históricas, em cima desses reflexos socioeconômicos desenvolvidos com o passar dos anos. Sejam eles na época em que a batata inglesa era o principal produto, ou agora na era contemporânea com a monocultura do milho.

Ademais, todos os fatores contribuíram para entender a importância da economia no meio social., no entanto, existe a necessidade de destacar a importância da ciência geográfica no ensino da geografia em sala de aula. Uma vez que o raciocínio geográfico é ponto central para o entendimento da realidade local e também da distribuição de renda, pois a geografia por ser uma das disciplinas mais abrangente e interdisciplinar, acaba intercalando aspectos de outras ciências.

REFERÊNCIAS

ABREMOVAY, R. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, Campinas, n. 1, v. 28, p. 49-67, 1998/1999.
AGEITEC. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000ghou0azz02wx5ok05vadr1rs94bpx.html> Acesso em: 21 abr. 2021.

ANDRADE, V. J.; MELO, F. P.; GOIS, D. V.; TEIXEIRA, A. C. S. Os Dilemas da Agricultura Familiar Frente ao Uso de Agrotóxicos em Adustina-BA. **Boletim DATALUTA**, n. 139, jul. 2019. ISSN 2177-4463

BEZZI, M. L. **Transformações no Espaço Agropecuário:** O Processo de Despecuarização. 1985. 222f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BEZERRA, C. P.; MAGALHÃES, C. M. G. Estudando as atividades econômicas da Paraíba. In: **Atlas escolar da Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2000.

BLATT, N.; GONDIM, P. S. C. Territórios de identidade no estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional. **Tempos, Espaços e Representações - Abordagens geográficas e históricas**, [s.l], v.1, n. 1, 2013.

BRASIL. Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989. 1990. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao.

BRASIL. Decreto número 4074, de 4 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4074.htm>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMPOS. G. W. S. **O anti-Taylor e o método Paidéia: a produção de valores de uso, a construção de sujeitos e a democracia institucional.** 2000. Tese (livre-docência) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas, São Paulo, 2000.

CARREGOSA, A. S. **O mandonismo local e a política no sertão da Bahia o caso do município de Pirapiranga.** 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CPRM, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. Diagnóstico do município d e Paripiranga. Salvador: **Virtual Book**, 2005. Disponível em:< http://rigeo.cprm.gov.b r/xmlui/bitstream/item/17453/Rel_Paripiranga.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, W. M. da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005, p.55 a 59.

Disponível em: <https://aviculturadonordeste.com.br/produtores-comemoram-a-grande-producao-de-milho-no-nordeste/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Disponível em: <https://www.calilanoticias.com/2019/11/iii-edicao-da-festa-do-milho-movimenta-cidade-de-paripiranga>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DOMINGUES, S. M. **Avaliação da monocultura de Soja como matéria-prima para a produção de biodiesel e sua relação com o desmatamento da floresta amazônica: estudo de caso na região de São José do Xingu (MT).** 2010. 170 f. Dissertação (mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.** Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/338818/1/sistemabrasileirodeclassificacaodossolos2006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FISCHER, F. **Citizens, experts, and the environment:** the politics of local knowledge. Duke University Press, 19 Dec. 2000.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. **Scientific research methodology:** Guidelines for elaboration of a research protocol. Revista Paraense de Medicina, 23 (3), 2009.

FREEIMAGES, I. D. Com demanda ascendente no mundo, milho desponta como cereal do futuro. **Visão Agrícola:** Milho, São Paulo, v. 13, p. 83-97, dez. 2015. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/Esalq-VA13-Milho.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GAVIOLI, P. H. **As contribuições de Ernesto Paterniani para o desenvolvimento genético no Brasil:** estudos sobre o melhoramento do milho. 2008. 62 f. Dissertação (mestrado em história da ciência) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

GOIS, D. V. (org.). **Mapa da localização territorial do município de Paripiranga-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia:** Crítica da Agricultura Moderna, São Paulo: Brasiliense, 1985.

HANN, Julius von. **Handbuch der klimatologie.** Publisher: Stuttgart, J. Engelhorn (1908). University of Michigan. Disponível em: <https://archive.org/details/handbuchderklim06hanngoog>. Acesso em: 22 mai. 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 15 mai. 2009.

JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o Estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, p. 271 – 302, 1998.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMA, J.; FERREIRA, R. S. A.; CHRISTOFIDIS, D. **O uso da irrigação no Brasil. O estado das águas no Brasil.** Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, 1999.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** Ijuí, Editora UNIJUÍ, 3. ed. 2005. 221p

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Territorialização da agricultura moderna na região da estrada de ferro (Goiás) e as modificações no espaço agrário. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-18. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Matos_PF.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELO, F. P**. Risco Ambiental e Ordenamento do Território em Garanhus-PE**. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MENDONÇA, F.; Danni-Oliveira, I.M. **Climatologia:** noções básicas de climas do Brasil. Oficina de Textos, São Paulo, 2007.

MICHAELS, F.S. **Monoculture:** How One Story is Changing Everything. Red Clover Press, 2011.

MIN - Ministério da Integração Nacional. Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: Oficina Sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, 1., 2003, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: MIN, 2005. Disponível em: < http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MORAES, F, D. **A Organização espacial de Mata/RS:** reestruturação produtiva no seu espaço produtivo. 2009.154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

OLIVEIRA, M. N.; BEZERRA, R. **Cultura do Milho.** In: XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro. 2013.

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117 – 161, 1975.

PATERNIANI, E.; CAMPOS, M. S. **Melhoramento do Milho.** In: Borém, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Viçosa: UFV. 2005. p.491 – 552.

PEREIRA, V. F.; GALVÃO, C. A.; PIMENTA, L. F. M. **Globalização e Perda de Espaço na Agricultura Familiar: Redes Solidárias de Comercialização e Compra de Produtos dos Agricultores Familiares da Região Nordeste do Brasil no Entrono do Distrito Federal:** O caso da Feira Livre de Pedregal. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/13.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PLOEG J. D. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Netherlands, n. 40, v. 4, p. 391-407, 2000.

POLETTO, E. R. Ordenamento Territorial no Brasil e a Promoção do Desenvolvimento Local: uma aproximação geográfica. **Ágora,** Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: < http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1587/1099> Acesso em: 10 mar. 2021.

O Portal Oficial do Estado da Bahia. **Milho é tema de Dia de Campo em Paripiranga.** Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2009/09/noticias/agricultura/milho-e-tema-de-dia-de-campo-em-paripiranga/>. Acesso em: 12 de mai. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Ross J. L. S. 1999. **Relevo Brasileiro:** Planaltos, Planícies e Depressões. In: Ana Fani A. Carlos. org. Novos Caminhos da Geografia. São Paulo, Ed. Contexto. p. 41-63. (Col. Caminhos da Geografia).

ROSSI, M. **O "alarmante" uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos.** 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SANER, R. **O negociador experiente: estratégia, táticas, motivação, comportamento, liderança**. São Paulo. Ed. SENAC, São Paulo, 2002.

SANTANA, M. S.; SILVA, F. A.; SILVA, C. E. Inventário das paisagens cársticas do município de Paripiranga, Bahia, Brasil. **Espeleo-Tema**, Paripiranga, v. 21, n. 1, p. 29-41. 2010.

SANTOS, A. **Riscos geomorfológicos e hidrológicos em Aracaju.** 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

————. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

————. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.

————. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

————. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

————. **Espaço e Método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

————. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucited, 1993.

SANTOS, R. F**. Planejamento Ambiental:** Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184p

SANTOS, R. D.; LEMOS, R. C.; SANTOS, H. G.; KER, J. C.; ANJOS. L. H. C. **Manual de descrição e coleta de solo no campo.** Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polít.,** São Paulo, n. 3, v. 3, 2010.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social:** a diversidade das formas familiares na agricultura. In: F. G. FALEIRO, AND A. L. FARIAS NETO, (Eds.) Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina/DF: Embrapa, 2008. p. 989-1014.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

————. **Tecnologia e Agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SILVEIRA, M. P.; STONE, F. L. Sistemas de preparo do solo e rotação de culturas na produtividade de milho, soja e trigo. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, n. 2, v. 7, p. 240-244, 2003.

SILVA, D. C. **Operações mecanizadas severas na agricultura, exigem o máximo de máquinas e equipamentos em diversas aplicações.** Disponível em <https://agrimanagers.wordpress.com/2011/10/07/operacoes-mecanizadas-severas-na-agricultura-exigem-o-maximo-de-maquinas-e-equipamentos-em-diversas-aplicacoes/>. Acesso em 01 mai. 2020.

SOUSA, J. V. (org.). **Mapa de Classificação do Solo de Paripiranga-BA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

SUDENE. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.** Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br>. Acesso em: 5 mai. 2020.

TRAPÉ, A. Z. **Efeitos toxicológicos e registro de intoxicações por agrotóxicos.** 2011. Disponível em:<http://www.feagri.unicamp.br/tomates/pdfs/ eftoxic.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

UNIÃO EUROPÉIA. Comunicação da Comissão, de 12 de Julho de 2006, intitulada: “Estratégia Temática para uma Utilização Sustentável dos Pesticidas” [COM (2006) 372 final - Não publicada no Jornal Oficial]. Disponível em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l21288.htm>. Acesso em: 14 abr. 2020.

UNIÃO EUROPÉIA. Instituições e outros órgãos da União Europeia. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. 2008. 105 UNIÃO EUROPÉIA. Diretiva do Conselho 91/414/CEE de 15 de Julho de 1991. Relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado. Jornal Oficial, L 230 de 19 de agosto de1991, p. 1. Disponível em: <http://europa.eu/ institutions/index_pt.htm>. Acesso em: 06 abr. 2020.

_____. Diretiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Fevereiro de 1998. Relativa à colocação de produtos biocidas no mercado. Jornal Oficial, L 123 de 24 de abril de 1998, p. 1. Disponível em:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1998:123:0001:0063:PT:PDF>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Regulamento (CE) Nº 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006. Relativo ao registro, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), que cria a Agência Europeia dos Produtos Químicos, que altera a Diretiva 1999/45/CE e revoga o Regulamento (CEE) nº 793/93 do Conselho e o Regulamento (CE) nº 1488/94 da Comissão, bem como a Diretiva 76/769/CEE do Conselho e as Diretivas 91/155/CEE, 93/67/CEE, 93/105/CE e 2000/21/CE da Comissão. Jornal Oficial da União Europeia, L 396 de 30 de dezembro de 2006, p. 3. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/ LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006: 396:0001:0854:PT:PDF>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Retificação ao Regulamento (CE) n.o 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registro, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/ LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:136:0003:0280:PT:PDF>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VALENZUELA, P. M.; MATUS, M. S.; ARAYA, G. I.; PARIS, E. Pediatria ambiental: um tema emergente. **Jornal de Pediatria**, v. 87, n. 2, p. 89-99, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572011000200003. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572011000200003>. Acesso em 02 mar. 2021.

VITOR, I. da S. **A irrigação no assentamento Marrecas - Piauí:** a atuação da Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), os desafios (im)postos pelo perímetro irrigado Marrecas-Jenipapo e seus impactos nas condições de vida e de saúde das famílias assentadas. 2016. 165 f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Paris: L’Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO REVISOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Anexar documento comprobatório de habilidade com a língua, exceto quando revisado pelo orientador.

Eu, **Lílian Oliveira Cavalcante Santos**, declaro inteira responsabilidade pela revisão da Língua Portuguesa do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulado: **Monocultura do Milho em Paripiranga (BA) nos anos 2018/2019 e seus reflexos socioespacial** a ser entregue por JOSÉ DIEGO CONCEIÇÃO acadêmico(a) do curso de **Geografia**.

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade noque se refere à revisão do texto escrito no trabalho.

Lílian Oliveira Cavalcante Santos

Paripiranga, 09 de julho de 2021

Assinatura do revisor

TERMO DE RESPONSABILIDADE

RESERVADO AO TRADUTOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS, ESPANHOL OU FRANCÊS.
Anexar documento comprobatório da habilidade do tradutor, oriundo de IES ou instituto de línguas.

EU, Aurelia Emilia de Paula Fernandes,

declaro inteira responsabilidade pela tradução do Resumo (Abstract/Resumen/Résumé) referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), intitulada: **Monocultura do Milho em Paripiranga (BA) nos anos 2018/2019 e seus reflexos socioespacial.**

a ser entregue por **José Diego Conceição**, acadêmico (a) do curso de **Geografia.**

Em testemunho da verdade, assino a presente declaração, ciente da minha responsabilidade pelo zelo do trabalho no que se refere à tradução para a língua estrangeira.

Paripiranga, 07 de Julho de 2021.

Aurelia Emilia de Paula Fernandes

Assinatura do Tradutor